



**CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA**

EDINALVA COSTA MONTEIRO

**O EXTRATIVISMO DO BABAÇU E SUA IMPORTÂNCIA SOCIOECONÔMICA,
AMBIENTAL E CULTURAL PARA AS COMUNIDADES ALTO DA LIBERDADE E
PATIZAL, ASSENTAMENTO PEDRA PRETA, MUNICÍPIO DE ARAME-MA.**

Bacabal-MA

2020

EDINALVA COSTA MONTEIRO

**O EXTRATIVISMO DO BABAÇU E SUA IMPORTÂNCIA
SOCIOECONÔMICA, AMBIENTAL E CULTURAL PARA AS COMUNIDADES
ALTO DA LIBERDADE E PATIZAL, ASSENTAMENTO PEDRA PRETA,
MUNICÍPIO DE ARAME-MA.**

Trabalho de Conclusão do Curso de graduação, apresentado à coordenação do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Educação do Campo - Ciências da Natureza e Matemática.

Orientadora: Ma. Juliana Rodrigues Rocha

Bacabal-MA

2020

EDINALVA COSTA MONTEIRO

**O EXTRATIVISMO DO BABAÇU E SUA IMPORTÂNCIA
SOCIOECONÔMICA, AMBIENTAL E CULTURAL PARA AS COMUNIDADES
ALTO DA LIBERDADE E PATIZAL, ASSENTAMENTO PEDRA PRETA,
MUNICÍPIO DE ARAME-MA.**

Trabalho de Conclusão do Curso de graduação, apresentado à coordenação do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Educação do Campo - Ciências da Natureza e Matemática.

Arovado em ____/____/____

Ma. Juliana Rodrigues Rocha
(Orientadora)

Ma. Kerlen Jacqueline Nunes Ferreira de Sousa
(1º Avaliadora)

Dr. Emerson Dalla Chieza
(2º Avaliador)

Dedico a minha família, em especial minha avó materna Maria dos Remédios e a meus amigos por estarem ao meu lado nos diferentes momentos.

AGRADECIMENTOS

O processo de construção e formação durante esses anos de aulas e organização deste trabalho, fizeram brotar sentimentos de pertencimento, alegria, realização e luta, onde várias pessoas contribuíram de diversas formas nessa montanha russa de emoções chamada Universidade. Assim gostaria de dividir esse momento formidável, não apenas de realização pessoal, mas de uma conquista que muitas pessoas ajudaram a construir.

Agradeço a Deus, pela dádiva concedida de realizar esse momento e pela força nessa jornada. A minha família por está ao meu lado, meus pais Antonia e Ivon, aos meus irmãos, Edna, André, Antonio, Elizabete, Antonio José e Maria Elaíce. Não poderia de deixar de lado meus sobrinhos Raimundo Neto, Luzia, Gabriel, Heitor, Inácio e Emanuelle, que são meus xodós.

Meus avós maternos Maria dos Remédios e Raimundo que sempre estiveram perto dando conselhos e acolhendo quando necessário.

Meu agradecimento mais que especial ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST, por proporcionar uma verdadeira revolução crítica na minha formação ao longo desses anos de muitas lutas, místicas e poesias.

Aos meus colegas de trabalho da Escola Roseli Nunes e aos meus alunos que muito me ensinaram e me ensinam diariamente.

A minha turma 3, 4 e 7, e as demais turmas em que estive em alguns momentos por esses anos de convivência de momentos bons e outros nem tanto. Á nossa “Liga da Justiça Sem Limites”, Bethe, Jessé, Ivanildo, Rosália, Kaedna, Maria Antonia e Silvado, pela rebeldia e vontade de contribuir. A nossa suíte 7, pelas noites de balbúrdias, companheirismo e muitas histórias.

Aos professores da LEdoC, Campus de Bacabal, a minha orientadora Prof^a Juliana Rocha, por compartilhar um pouco de seus conhecimentos tanto na orientação como em sala de aulas.

Agradecer também há um amigo de luta e brincadeiras que muito contribuiu no processo de construção do meu TCC Carlos Magno e ao professor da UEMA por suas valiosas contribuições Isaac Giribet.

Dona Santinha, a Francisca e família que me acolheram no processo de escrita, pela recepção sempre com um sorriso acolhedor. A Pedro Silva que sempre me ajudou nos momentos bons e ruins, além de me ouvir quando eu precisava desabafar. Minha prima Rita que me apoiou e me apoia em minhas decisões além de recepcionar-me com um abraço apertado nas diferentes ocasiões. Minha tia Ana que me cedeu sua casa por uns dias quando estava mais agoniada no processo de escrita e pelo apoio.

Enfim, a todos que contribuíram de forma direta ou indireta nesse processo, o meu agradecimento.

“Eu não sei qual é o motivo dessa supervalorização da racionalidade. Os pássaros só são livres porque podem voar. A liberdade é, justamente, a incapacidade de se perceber as limitações”.

(Frida Kahlo)

RESUMO

O extrativismo do babaçu é uma fonte de renda para muitas famílias há diversas gerações, realizada geralmente por mulheres, denominadas quebradeiras de coco babaçu. A abrangência do coco babaçu em território nacional se dá especialmente nos municípios do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins. A partir da necessidade de preservação dos babaçuais e da necessidade de ter livre acesso a sua extração surgiu, em meio a conflitos, o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), organização que representa os interesses sociais, políticos e econômicos das quebradeiras de coco babaçu, bem como foram criadas as Leis do babaçu livre. O presente trabalho propõe analisar a importância da prática do extrativismo do babaçu nos contextos socioeconômicos, ambiental e cultural para as comunidades Alto da Liberdade e Patizal no assentamento rural Pedra Preta, Município de Arame (MA). A execução da pesquisa ocorreu do período dos meses de julho a agosto de 2019 se deu pela aplicação de questionários a 14 mulheres extrativistas e pesquisas bibliográficas em documentos oficiais. Observações não participativas, foram feitas para aperfeiçoar a discussão dos dados. Os resultados mostram que a atividade é praticada por mulheres em sua maioria na faixa etária de 30 anos em diante e que as novas gerações estão perdendo o interesse pela prática. A atividade ainda é praticada principalmente para complementação da renda, pois sua valorização no mercado é insuficiente para o sustento das famílias formadas por 04 a 07 pessoas, assim a produção resultante da quebra do coco está sendo destinada principalmente para consumo próprio das famílias. Dentre os produtos mais produzidos nas comunidades destacam-se o azeite, o sabão, a farinha do mesocarpo do babaçu e o carvão. Pode-se observar que há o desejo da preservação desses ambientes pelo público analisado, associado a luta pela valorização desta importante tradição cultural e social das comunidades. Assim há a necessidade de cumprimento das legislações ambientais vigentes e do esforço de se preservar esse patrimônio social, econômico, cultural e ambiental especialmente no estado do Maranhão.

Palavras-chave: Aproveitamento do coco babaçu, Quebradeiras de coco babaçu, Leis do Babaçu Livre, Importância cultural .

ABSTRACT

Babassu extractivism has been a source of income for many families for several generations, usually carried out by women, called babassu coconut breakers. The scope of babassu coconut in the national territory occurs especially in the municipalities of Maranhão, Pará, Piauí and Tocantins. From the need to preserve babassu trees and the need to have free access to their extraction, the Interstate Movement of the Coco Babaçu Breakers (MIQCB) arose in conflict, an organization that represents the social, political and economic interests of the river breakers. babassu coconut, as well as free babassu laws were created. The present work proposes to analyze the importance of the practice of babassu extractivism in the socioeconomic, environmental and cultural contexts for the Alto da Liberdade and Patizal communities in the rural settlement Pedra Preta, Municipality of Arame (MA). The research was carried out from July to August 2019, through the application of questionnaires to 14 extractivist women and bibliographic research in official documents. Non-participatory observations were made to improve the discussion of the data. The results show that the activity is practiced by women mostly in the age group from 30 years onwards and that new generations are losing interest in the practice. The activity is still practiced mainly to supplement the income, since its valorization in the market is insufficient to support the families formed by 04 to 07 people, thus the production resulting from the breaking of the coconut is being destined mainly for the own consumption of the families. Among the products most produced in the communities are olive oil, soap, babassu mesocarp flour and coal. It can be observed that there is a desire for the preservation of these environments by the analyzed public, associated with the struggle for the valorization of this important cultural and social tradition of the communities. Thus, there is a need to comply with current environmental legislation and the effort to preserve this social, economic, cultural and environmental heritage, especially in the state of Maranhão.

Keywords: Use of babassu coconut, Babassu coconut breakers, Free Babassu Laws, Cultural importance.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 01- Palmeiras de babaçu da Comunidade Alto da Liberdade município de Arame-MA.....	20
Foto 02-Foto 02: Sabonete (A) e farinha de Mesocarpo (B) do babaçu.....	34
Foto 03-Artesanato decorativo (A) e biojóias (B) feitos do babaçu.....	35
Foto 04-Processo de armazenamento e quebra do coco babaçu pelas quebradeiras.....	50
Foto 05-Utensílios utilizados na produção do azeite de babaçu.....	51
Foto 06-Sabão produzido do babaçu pelas quebradeiras no município de Arame(MA).....	52
Figura 01- Composição do coco Babaçu (<i>Orbignya phalerata</i>).....	21
Figura 02- Localização do município de Arame no estado do Maranhão.....	37
Gráfico 01- Idade das mulheres extrativistas do babaçu no Município de Arame (MA).....	44
Gráfico 02- Escolaridade das quebradeiras de coco babaçu no Município de Arame (MA).....	45
Gráfico 03-Quantidade de pessoas nas famílias das quebradeiras de babaçu no Município de Arame(MA).....	46
Gráfico 04-Faixa de renda familiar das quebradeiras de babaçu no Município de Arame (MA).....	47
Gráfico 05: Idade de início da atividade do extrativismo do Babaçu das mulheres do Município de Arame (MA).....	48

LISTA DE SIGLAS

AMTR-Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues

ASSEMA - Associação em Áreas de Assentamentos no Estado Maranhão

CIMQCB - Cooperativa Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu

COOPAESP - Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis

COPPALJ - Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas do Lado do Junco e Lago dos Rodrigues

FAPEMA - Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão

LEDOC - Licenciatura em Educação do Campo

MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

P.A - Projeto de Assentamento

PNPCT - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

UFMA - Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	16
2.1 O extrativismo do babaçu no Brasil e no Maranhão: Desafios, lutas e perspectivas.....	16
2.2 Características botânicas da palmeira do babaçu.....	19
2.3 Unidades e mobilizações de mulheres extrativistas: caminhos para articulação da quebradeiras de Coco Babaçu.....	22
2.4 O Enfrentamento das quebradeiras contra o latifúndio, terra e babaçu em disputa (a Lei do Babaçu Livre).....	27
3 A IMPORTÂNCIA SOCIOECONÔMICA E CULTURAL DO BABAÇU NA REGIÃO DO MÉDIO MEARIM (CONQUISTAS E DESAFIOS).....	31
4 DA CONQUISTA DA TERRA AO EXTRATIVISMO DO BABAÇU: CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL DAS COMUNIDADES ALTO DA LIBERDADE E PATIZAL, ASSENTAMENTO PEDRA PRETA, MUNICÍPIO DE ARAME-MA	35
4.1 Histórias e memórias do Assentamento Pedra Preta/Morro dos Garrotes.....	35
5 OBJETIVOS.....	41
6 METODOLOGIA.....	42
7 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	44
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	58
APÊNDICE A – Questionário de Pesquisa.....	62

1 INTRODUÇÃO

O extrativismo do babaçu é uma fonte de renda para muitas famílias há diversas gerações. Realizada geralmente por mulheres, denominadas quebradeiras de coco babaçu. Apesar desta palmeira ser uma fonte de renda secular, utilizada como fonte de energia (Carvão vegetal, Biocombustível) I, para a alimentação das crianças no combate à desnutrição infantil, a extração de seus frutos, têm diversas funções e utilidades, que vão desde o artesanato à materiais de construção.

De acordo com a Lei nº 4.734 de 18 de junho de 1986, em seu Art.1º a derrubada desta palmeira no território Maranhense é proibida, ressaltado casos particulares previstos na mesma. Essa Lei foi alterada pela de Nº 7.824 de 22 de janeiro de 2003, mas não houve modificações referentes a proibição de derrubada das palmeiras. Observa-se que mesmo com uma legislação ambiental que protege esta espécie vegetal, na prática nem sempre ela é respeitada. Destacam-se no descumprimento destas Leis, principalmente os criadores de bovino, que realizam desmatamento das áreas dos babaçuais, para implantação de suas atividades, já que a fiscalização é inoperante.

A partir da necessidade de preservação dos babaçuais e da necessidade de ter livre acesso a sua extração, surgiu em meio a conflitos, o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), organização que representa os interesses sociais, políticos e econômicos das quebradeiras de coco babaçu.

O MIQCB é uma organização liderada por trabalhadoras rurais extrativistas dos estados do Tocantins, Pará, Piauí e Maranhão, situada de norte a nordeste do Brasil. Atua a quase 30 anos, lutando por direitos e o livre acesso aos babaçuais. Surgiu como uma alternativa para as quebradeiras de coco babaçu, que sofriam com os impactos do desmatamento e não tinham forças para mudar essa situação. O MIQCB assume principalmente um caráter ideológico, em que se busca a educação e conscientização dessas trabalhadoras rurais. (MIQCB, 2020).

A palmeira do babaçu associa-se a outros tipos de vegetação nos Biomas Cerrado, Caatinga, Florestas aluviais¹, formando zonas ou extratos. Também se associa a culturas anuais como arroz, milho, feijão, entre outros, o que pode tornar uma área mais rica do ponto

¹ Florestas aluviais ou Floresta de várzea: é a parte da floresta que sofre os efeitos das inundações, tendo, portanto, suas espécies de vegetação dependentes das variações das vazões nos rios e igarapés, ao longo do tempo.

de vista de produção e vantajosa, já que se torna mais uma cultura que pode ajudar no subsídio das famílias.

O Extrativismo é um dos ofícios mais antigos praticados pelo homem. No Estado do Maranhão esta prática, no que diz respeito ao extrativismo do babaçu, é uma das atividades mais tradicionais existentes e ao longo dos anos, diversas modificações ocorreram nas áreas onde está inserido, gerando dificuldades no seu exercício, pois o acesso aos babaçuais vem sendo dificultado devido a “privatização” das palmeiras, impostas pelos fazendeiros.

As comunidades rurais Alto da Liberdade e Patizal estão localizadas no P.A. Pedra Preta, município de Arame-MA. Essas comunidades têm como atividades de subsídios à produção da roça do toco, criação de animais de pequeno porte como suínos e aves, além da criação de bovinos e o extrativismo do coco babaçu.

Nas comunidades o extrativismo do babaçu é significativo e ajuda na renda das famílias. Produtos fabricados como azeite, sabão e o leite de coco produzido pelas famílias, são utilizados para consumo, o que evita gastos com produtos industrializados em mercados, no momento das compras mensais. Entretanto alguns moradores que possuem criação de bovinos, estão cercando áreas, onde as palmeiras estão inseridas e substituindo por pastos, essa ação está afetando diretamente na vida das pessoas das comunidades.

Nos últimos anos a produção de azeite e sabão a partir da amêndoa do coco babaçu diminuiu drasticamente já que a produção e quantidade das palmeiras também diminuiu e estes produtos que antes eram produzidos pelas famílias passou-se a ser comprado na sede do município de Arame. Por ser uma atividade de subsistência, o extrativismo nas comunidades é de grande relevância já que da palmeira do babaçu tudo se aproveita, e contém várias aplicações e na fala das entrevistadas, fica claro a preocupação com essa diminuição que vem afetando a quantidade da produção de cada família.

O número de pessoas beneficiadas pela prática do extrativismo do coco babaçu é grande, entretanto a falta de cumprimento das legislações está provocando uma perda da biodiversidade, a diminuição da matéria prima e o fim da prática cultural do extrativismo desta palmeira em todo o estado do Maranhão.

Outro fator importante é a quebra do coco babaçu a qual é uma prática cultural muito antiga e está se perdendo também devido ao aumento do êxodo rural dos jovens do campo para a cidade, afastando-os de suas famílias e de suas realidades.

Assim, é necessário cada vez mais estudos nessa área relacionada ao extrativismo vegetal, para que esta prática realizada há décadas nas comunidades, não se perca. É

necessário a manutenção da relação econômica direta com a atividade, para que as mulheres consigam independência social e financeira através do extrativismo da palmeira do babaçu e do beneficiamento dos seus frutos.

Portanto, diante da realidade atual vivida no território maranhense em relação ao extrativismo do coco babaçu, em especial as comunidades de Alto da Liberdade e Patizal, surgiram alguns questionamentos como no primeiro capítulo será realizado uma análise de como está organizado as formas de proteção dos babaçuais nos estados e municípios e os principais entraves para a preservação da prática do extrativismo do babaçu. Para isso faz-se necessário analisar a importância da prática do extrativismo do Babaçu nos contextos socioeconômicos, ambiental e cultural para as comunidades Alto da Liberdade e Patizal no assentamento Pedra Preta, Município de Arame-MA

No segundo capítulo será feito de forma geral qual a importância socioeconômica e as diferentes formas de aproveitamento do babaçu tanto na contribuição alimentar e na confecção de artesanatos, qual sua contribuição cultural na microrregião do Médio Mearim, além das conquistas e desafios enfrentados.

No capítulo três será feito um aparato geral de como é o aproveitamento do babaçu nas comunidades Alto da Liberdade e Patizal, sua contribuição econômica e as dificuldades de preservação dos babaçuais, como o desmatamento está impactando diretamente na produtividade.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O extrativismo do babaçu no Brasil e no Maranhão: Desafios, lutas e perspectivas.

[...]Palmeiras! Babaçuais! Terra fértil, olha a riqueza no chão. Folhas verdes, oh! Que maravilha. A natureza traz o fruto, a perfeição Senhoras guerreiras, vão à luta, custear alimentação O comércio e a indústria, exportadores das explorações Nosso produto assim chegou em outras nações[...].

(Samba das quebradeiras 2005)

O extrativismo do babaçu é uma atividade secular desenvolvida e praticada como atividade de subsistência ou complemento de renda familiar, praticada majoritariamente por mulheres que, para garantir a continuidade da atividade, ensinaram e continuam ensinando as técnicas necessárias para o desenvolvimento dessa atividade a seus descendentes. Apesar de sua importância e abrangência em diversos estados, as áreas de cocais estão sendo destruídas. Em concordância com Matos (2013):

Mais de 18 milhões de hectares do território brasileiro são cobertas por florestas secundárias de palmeira de babaçu. No entanto, nas regiões onde o extrativismo se desenvolve como atividade econômica é cada vez mais intensa a ação devastadora de grandes empreendimentos privados, que além de ameaçarem a sobrevivência de mais de 300 mil extrativistas do babaçu, vem causando a destruição de matas. (MATOS, 2013, pág.45.).

Embora o babaçu seja uma fonte de renda sustentável, existem poucos investimentos, pois os maiores investimentos brasileiros em áreas agrícolas estão em culturas como soja, milho, eucalipto, entre outros monocultivos, os quais estão relacionados ao agronegócio.

Ao se tratar de extrativismo vegetal, o babaçu é um dos mais representativos no Brasil, em razão de sua área de abrangência de mais de 18 milhões de hectares situado em 279 municípios, em 11 estados (CARRAZZA; SILVA; ÁVILA, 2012). As florestas do babaçu são secundárias devido a ação antrópica, pois com a destruição e queimada das florestas primárias os babaçus se proliferam, sendo resistentes ao fogo, entretanto demoram muito a se recuperarem, assim dificultando a vida de quem depende do coco.

Grande parte dos babaçuais se concentra em fazendas, e as pindobas (palmeira nova) são envenenadas, para ceder espaço para o pasto e a criação de bovinos: “A pecuária tem sido apontada como a principal atividade devastadora, não só para a destruição dos babaçuais, mas responsável por cerca de 80% de toda a área desmatada da Amazônia legal (ALMEIDA et al 2005, p.47.) .

De acordo com o exposto acima, os fazendeiros contribuem com grande porcentagem no que diz respeito a destruição do meio ambiente como um todo. Isto afeta

diretamente a produção do babaçu, pois a mesma varia de uma região para outra, dependendo das condições climáticas o babaçu pode variar de tamanho, quantidade, qualidade e produtividade.

Segundo o censo agropecuário, a amêndoa do babaçu é o segundo produto florestal não madeireiro mais vendido no Brasil, com cerca de 120 mil toneladas anuais. O valor da venda dessa produção chega a ultrapassar a do açaí (que é o produto não madeireiro mais vendido do país), alcançando quase R\$ 150 milhões. Nos dados do IBGE não estão computadas a produção e venda dos demais subprodutos do babaçu, assim como também não está dimensionada adequadamente a importância das vendas locais e informais, realizadas nos próprios municípios. Menos de 5% das propriedades rurais (fazendas, sítios, parcelas, lotes) onde há extrativismo de babaçu para venda superior a 100 ha, o que evidencia a descentralização da produção e o número de pessoas envolvidas nesta atividade. Por sua importância para o agroextrativismo, ele é uma das duas espécies prioritárias do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (FIGUEIREDO et al 2005, pág.8).

Nos dados apresentados acima fica claro que a produção e venda dos demais subprodutos do babaçu são bem maiores que os dados oficiais do IBGE, já que parte da produção fica na própria família, assim como também não estão colocados adequadamente a importância das vendas locais e informais, que são realizadas nos próprios municípios através de feiras e eventos. Como não há uma centralidade da produção e o número de pessoas envolvidas nesta atividade é elevado, fica evidente como leis de concentração fundiária podem interferir de forma negativa nessa dinâmica.

No Maranhão nas décadas de 1960 e 1970 os conflitos agrários se multiplicaram, principalmente nas regionais de Pindaré e Mearim. Esses conflitos se intensificaram em parte por causa do fluxo migratório de camponeses expulsos de outras regiões do estado ou de outros estados, impulsionados por questões sociais, econômicas, climáticas e políticas.

Essa situação de graves conflitos sociais foi se agravando continuamente em meados da década de 1970, tanto pela omissão e complacência das autoridades, quanto pelo avanço dos grandes projetos econômicos e logo, com a valorização das terras. Assim, enquanto os trabalhadores não aceitavam mais pacificamente a expulsão das terras onde tiravam o sustento da sua família o Estado endureceu ainda mais a repressão cometendo verdadeiros massacres no campo maranhense. (SANTO, TAVARES, pág. 370-371, 2016).

Neste estado, em 1969, foi aprovada uma Lei que concentrava terras nas mãos dos latifundiários, o que dificultava a coleta do coco e obrigava às quebradeiras a pagar uma “renda” (dinheiro) para os fazendeiros para então poderem quebrar ou coletar o babaçu nas propriedades, essa lei ficou conhecida como “a Lei Sarney de Terras”.

A Lei 2.979/69 sentencia que: Não serão alienadas nem concedidas terras a quem for proprietário rural no Estado, cuja área ou áreas de sua posse ou domínio não sejam

devidamente utilizadas com explorações de natureza agropecuária, extrativa ou industrial. Com a aprovação dessa Lei ocorreu um aumento significativo do fluxo migratório no estado e os conflitos no campo pela disputa de terras nesse período.

Na década de 1960, a conjuntura agrária maranhense entra no contexto político da modernização conservadora da agricultura nacional, arquitetada a partir de matrizes conservadoras e elitistas dentro do projeto tecnocrata definido pelos militares. Isso promoveu expulsão de posseiros, grilagem de terras e assassinatos de camponeses levando milhares de trabalhadores rurais do Maranhão a migrarem para outros estados do Brasil (ALMEIDA, 2005).

Com a ideia de “desenvolvimento agrário”, modernização da agricultura nacional conservadora e no contexto em que a conjuntura maranhense se encontrava, a venda de terras se tornou mais fácil, o que gerou mais conflitos no campo.

O interesse do Estado estava voltado a satisfazer grupos de investidores, pois o passo seguinte seria a oferta dessas terras, a empresas, e grupos de fora do Maranhão, os quais foram atraídos por meio de anúncios de terras baratas, sem concorrência pública e sem leilão, a preços vantajosos, sem juros e sem correção monetária (RODRIGUES; TERRA, 2018, pág., 1200)

Nesse contexto de expansão do agronegócio e empresas estrangeiras, de modo especial a soja no território maranhense fez com que houvesse aumento do fluxo migratório, da violência, além do desequilíbrio socioambiental, o que colocou o estado no mapa de violência agrária, situação essa que não se modificou até os dias atuais.

Com a queda do interesse pelo babaçu, os conflitos por terras são acirrados (Grilagem²). Passa a ser comum a vedação de acesso aos babaçuais. As relações entre proprietários e não proprietários tornam-se cada vez mais violentas. O espaço doméstico necessita, então, ser organizado. Todos precisam engajar-se na luta pela sobrevivência”. (JÚNIOR; DIMITRUK; MOURA, 2014, pág.134).

Mesmo com a queda de produção e aumento da violência, a coleta de coco e as formas de aproveitamento tornam-se mais difíceis, o que fez com que houvesse uma organização maior das quebradeiras, já que parte de seu subsídio provém do mesmo.

O extrativismo do babaçu é uma cultura muito antiga que passa de geração em geração, realizada geralmente por mulheres denominadas quebradeiras de coco babaçu. A palmeira assim como seus frutos têm diversas funções e utilidades, que vão desde o artesanato a materiais de construção. No entanto, não é muito valorizado e suas palmeiras vem sendo destruídas. Dialogando sobre o tema debatido, Matos (2013), vem dizer que:

² Grilagem: usurpação da terra pública, dando-lhe a aparência de particular

[...] nas regiões onde o extrativismo se desenvolve como atividade econômica é cada vez mais intensa a ação devastadora de grandes empreendimentos privados, que além de ameaçarem a sobrevivência de mais de 300 mil extrativistas do babaçu, vem causando a destruição de matas. (MATOS, 2013, pág.45.).

Ao se tratar de extrativismo vegetal e devido sua diversidade de subprodutos, o babaçu é um dos mais expressivos do Brasil devido sua área de abrangência de mais de “18 milhões de hectares situados em 279 municípios, em 11 estados” (CARRAZZA, 2012, pág.10). As florestas do babaçu são secundárias devido a ação antrópica que causam a queimada das florestas primárias, assim o babaçu se proliferam já que são resistentes ao fogo, porém, mesmo com sua resistência, as palmeiras precisam de tempo para se recuperarem, assim dificultando a reestruturação dos babaçuais e diminuindo a assim a produção que impacta diretamente a vida das extrativistas.

A incidência da palmeira do babaçu é maior nos estados do Maranhão, Piauí, Pará, Tocantins, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Rondônia. Mais é no estado do Maranhão, sudeste do Pará, Tocantins e Piauí que o extrativismo se desenvolve como atividade econômica e com mobilização política realizada pelas quebradeiras de coco babaçu. Dentre esses estados o Maranhão destaca-se com a maior densidade de palmeira, em torno de 10 milhões de hectares (ALMEIDA apud FIGUEIREDO, 2005, p.30.) e com maior número de produção e comercialização de 47 toneladas de amêndoas, assim como é no Maranhão que se encontra o maior contingente de extrativistas. (FIGUEIREDO, 2005, pág.30).

Com esse alto índice de produtividade, a necessidade de desenvolvimento de estruturas que mantenham e incentivem essa atividade, já que a palmeira do babaçu se tornou símbolo e resistência em vários estados da federação, principalmente no estado do Maranhão.

2.2. Características botânicas da palmeira do babaçu

Com sua grande área de abrangência e importância vale destacar que a palmeira do babaçu (*Orbignya phalerata*) da Família Arecaceae, planta palmácea é de origem brasileira, da região Amazônica e mata Atlântica no estado da Bahia, além de ser uma planta secundária e apresentar as seguintes características: A raiz é do tipo fasciculada típico de plantas monocotiledôneas, com estipe característico por apresentar restos de folhas velhas que já caíram em seu ápice, podendo atingir de 10 a 30 m de altura, e entre 20 a 50 cm de diâmetro no caule. As folhas são do tipo compostas, arqueadas, que chegam a 8 m de comprimento, constituídas de folíolos dispostos alternadamente em relação ao pecíolo central e este fixado ao caule por meio de bainhas como demonstrado na foto a seguir:

Foto 01: Palmeiras de babaçu da Comunidade Alto da Liberdade município de Arame-MA



Fonte: Autora (2020)

As flores de cor cremem amarelada apresentam-se aglomeradas em longos cachos, podendo emitir entre 3 a 6 cachos por palmeira, cada um deles podendo produzir de 300 a 500 frutos (SILVA; NAPOLITANO; BASTOS, 2016, pág. 17).

Seus frutos são consumidos tanto pelo homem como pela fauna silvestre: o coquilho de coloração castanha e com formato oval alongado, pode produzir de 1 a 8 amêndoas, comumente 3, que representa 9% do fruto. Cada palmeira frutifica até 2.000 frutos anualmente (BRASIL, 2016, pág. 15).

As amêndoas são brancas, cobertas por uma película de cor castanha, geralmente possuem a seguinte composição média de 7,25% de proteína, 66,00% de óleo, 18,00% de carboidratos e 7,80% de materiais minerais (PARENTE, 2003). O óleo oriundo das amêndoas é utilizado tanto na indústria alimentar quanto na indústria de cosméticos e a torta residual desse processo é comercializada comumente como ração animal e/ou adubo (GOUVEIA, 2015, pág., 6). Do seu óleo produz-se a banha de coco que também é muito utilizada na saboaria. De acordo com a Fig. 01 a estrutura do coco babaçu tem a seguinte composição:

Figura 01: Composição do coco babaçu (*Orbignya phalerata*.)



Fonte: CARRAZZA; SILVA; ÁVILA 2012, pág.15

A palmeira do babaçu cresce espontaneamente na região amazônica sem cultivo, multiplicando-se por sementes (cocos) e preferindo climas quentes característico da região Mearim Maranhense. A produção de cocos pode variar muito, “o pico de florescimento acontece entre janeiro e abril e os frutos amadurecem entre agosto e dezembro (CARRAZZA; SILVA; ÁVILA, 2012, pág.14)”.

O babaçu pode ter inflorescência³ fêmea ou andrógina (macho e fêmea) numa mesma planta. Apenas a fêmea bota cachos com frutos, e os machos são essenciais para a fecundação e geração de frutos (LORENZI, 2010), assim garantindo a reprodução da palmeira e sua infrutescência.

O babaçu é muito conhecido entre populações brasileiras tradicionais e, dependendo da região ele também pode ser chamado de coco de palmeira, coco de macaco, coco-

³ Inflorescência: sistema de ramos que possuem flores dispostas de maneira variada.

pindoba, baguaçu, uauaçu, catolé, andaiá, andajá, indaiá, pindoba, pindobassu, e vários outros nomes. Existem muitas espécies de babaçu, mas as mais conhecidas e que tem o uso mais difundido são *Attalea phareolata* e *Attalea spiciosa*. Nessas regiões, o babaçu é encontrado principalmente em formações conhecidas como babaçuais que cobrem cerca de 196 mil km² do território brasileiro, com ocorrência concentrada nos estados do Maranhão, Tocantins e Piauí, na região conhecida como mata dos cocais (transição entre caatinga, cerrado e Amazônia). (CARRAZZA et al, 2012, pág.13).

A produção do babaçu varia de uma região para outra, dependendo das condições climáticas o babaçu pode variar de tamanho, quantidade, qualidade e produtividade, além da interferência humana que pode prejudicar na quantidade de palmeiras, que pode reduzir drasticamente essa produção, com isso torna-se necessário uma luta mais organizada afim de manter esse bem natural com quantidade e qualidade para que haja o extrativismo.

2.3. Unidades e mobilizações de mulheres extrativistas: caminhos para articulação da Quebradeiras de Coco Babaçu.

A articulação que ocorreu para que chegassem ao nível atual de organização das mulheres quebradeiras de coco perpassou por longo processo de lutas, além da constituição de outros movimentos que visavam a defesa das comunidades rurais e das famílias que, depois de um longo processo de resistência começaram a se preocupar com a preservação e manutenção dos babaçuais. Nesse contexto de lutas surge a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA).

A ASSEMA é uma organização não-governamental que surgiu como resultado de um processo extenso de luta pela terra na região do Médio Mearim Maranhense em 1989. O foco de suas ações é direcionado para a consolidação das terras reconquistadas, mas não no modelo estabelecido pelo estado e sim nos termos definidos pelas famílias dos trabalhadores que fazem parte de sua constituição.

“É no bojo de um complexo processo mudança social em escala local e global que envolve questões como a crescente precariedade das condições de vida dos mais pobres, uma crise de mediação, emergência de categorias identitárias, redes de articulação, redefinição das relações entre os agentes sociais e transformações estruturais no papel do Estado, que surgem as condições macroestruturais para a constituição de uma organização como a ASSEMA (LIMA NETO, 2007, pág. 87).”

Com todo esse cenário de mobilização e mudanças na estrutura social, podemos relacionar o surgimento desta organização e de outras com fenômenos correspondentes que ocorreram em escala global a partir da década de 1970 e passou a ser conhecida como crise de

mediação que contribuiu com o surgimento de novos movimentos sociais, principalmente os voltados para o campo.

“O primeiro fenômeno tende a se caracterizar em linhas gerais, pelo alargamento das bases sociais no campo e o declínio da capacidade de mobilização dos instrumentos tradicionais de representação como sindicatos e partidos [...]. O segundo fenômeno representa justamente uma reação à crise de mediação e, chama atenção especialmente para o deslocamento do espaço de mobilização engendrado pela redefinição do papel do Estado, que possibilita formas de organização da sociedade civil que não estão mais atreladas a este [...] (LIMA NETO, 2007, pág., 87/88).”

De acordo com o autor, as formas representativas do governo já não atendiam as necessidades e especificidades da população camponesa em questão, já que eram interesses divergentes. Assim as formas de opressões do estado em relação a população se modificam e atingem os diversos setores da sociedade.

No auge dos conflitos na regional Médio Mearim, diversas entidades juntaram-se às famílias de trabalhadores rurais demonstrando apoio em suas ações de reconquista de suas terras. A influência destas organizações deu ferramentas para que as famílias resistissem ao desgaste emocional e material decorrentes desse processo de constantes conflitos.

[...] a criação das áreas de assentamento que deram termo às situações de conflito exacerbado, não se apresentou como uma solução automática aos problemas das famílias assentadas, a forma como os projetos de assentamentos são conduzidos pelos órgãos fundiários dificulta a consolidação da conquista. Dentre os problemas destacam-se: a morosidade na emissão do termo de posse; a exclusão dos trabalhadores nos processos de elaboração dos projetos a serem aplicados nos assentamentos; a imposição de sistemas de produção estabelecidos pelos planejadores, que pouco conheciam da realidade dessas famílias; soma-se a isso a desorganização produtiva e econômica em que se encontravam as famílias que vivenciaram os conflitos (LIMA NETO, 2007, pág., 88).

O fato de ter a terra não garante a permanência na mesma, já que são necessárias políticas públicas voltadas para o campo que garanta uma vida digna às famílias e a falta de projetos voltados para essa nova realidade dificulta a sobrevivência das mesmas. Assim a auto organização fez-se necessária para que a luta por direitos básicos se tornasse mais forte e eficaz.

A ASSEMA atualmente é composta por sócios individuais e por diferentes organizações de trabalhadores rurais, assim como as quebradeiras de coco, por pessoas que detenham a posse de suas terras já reconhecidas, organizados em associações, cooperativas, sindicatos e/ou grupos informais, e ainda presta serviço de assessoramento em diversos municípios maranhense.

Em linhas gerais este projeto coletivo pode ser definido como uma alternativa aos modelos correntes de desenvolvimento rural pautado nos cânones da revolução verde e da empresa rural. Sua pauta principal gira em torno das seguintes questões: reforma agrária, livre acesso aos recursos naturais, especialmente ao babaçu, preservação ambiental, mudanças nas relações de mercado em favor da economia familiar extrativista, melhoria das relações de gênero, capacitação técnica, educação que valorize a especificidade sociocultural agroextrativista e transição para uma matriz produtiva agroecológica (LIMA NETO, 2007, pág. 100).

Com suas ações voltadas para questões sociais, a ASSEMA se constitui de muitas parcerias com diferentes movimentos sociais que possuem pautas que vão das relações de gêneros, da formação técnicas de famílias camponesas, reforma agrária popular, entre outros, além de trabalhar os princípios da matriz agroecologia, que garante uma relação ampla do homem com a natureza. Seguindo a fala de Antunes (2003) apud NETO (2007), que:

Estas parcerias diversificam em vários sentidos, variam em relação pautas, campos, intensidade e antiguidade (...) Ações conjuntas com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST do Maranhão em reivindicações pontuais por políticas públicas e em alguns projetos conjuntos, outras mais constantes, como a participação em redes das quais: Rede Agroecológica do Maranhão - Rama é um exemplo. Há parcerias históricas, como é o caso da ACESA, da Caritas, da CPT, da Igreja, e outras mais recentes, como a CUT (Central Única de Trabalhadores) e o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB. A ASSEMA mantém também uma relação de parceria com o GERUR (Grupo de Estudos Rurais e Urbanos), da UFMA (Universidade Federal do Maranhão), com a UEMA (Universidade Estadual do Maranhão), e com vários pesquisadores de outras universidades do país (ANTUNES, 2003, p. 110).

Com todas essas parcerias a ASSEMA adquiriu um amplo leque de atuações, além de fortalecer suas relações e permitir sua estabilidade, já que a mesma surge um período de grandes conflitos por terra e políticas públicas no território maranhense.

Ao mesmo tempo em que surge a ASSEMA, também surge espaços de formação que estavam sendo ocupados por mulheres que também se politizaram. Através dos clubes de mães ligados à igreja católica e a pastoral, as mesmas foram despertando e criando uma consciência da natureza socioeconômica de seus problemas, seguido da ideia de organização e resistência coletiva, uma vez que a realidade não era fácil, mas dessa forma foi possível as primeiras transformações da realidade.

É por essa articulação dos vários clubes de mães em Lago do Junco que em maio de 1989 em meio aos conflitos, é fundada a Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais–AMTR. Ela é projetada como uma entidade de representatividade regional, passando a agrupar as pautas em comuns das mulheres de múltiplas localidades, e tendo como as principais bandeiras o livre acesso e preservação dos babaçuais e a reforma agrária.

[...] a AMTR foi criada em 03 de maio de 1989, no processo de luta e de organização dos trabalhadores. Essa associação surgiu dos Clubes de Mães que existiam em cada povoado e tinham o objetivo de tentar encontrar alternativas econômicas que melhorassem as condições de vida das famílias. De fato, poucos anos após o surgimento do Povoado Ludovico, fundado em 10 de setembro de 1983, as mulheres dessa região se juntaram para constituir uma só associação que representasse os interesses de todas as comunidades envolvidas nos conflitos [...] (AYRES JÚNIOR, 2007, pág. 118).

As primeiras ações foram voltadas melhorias do acesso à educação e a saúde para as crianças dos povoados. Em seguida, incluíram questões como a conscientização política e o treinamento voltado para a produção com o babaçu.

Diante da preocupação de aproveitamento do babaçu e de se conseguir uma renda maior através do aproveitamento agroextrativista surge a COPPALJ, que foi fundada em 15 de abril de 1991 por agricultores e quebradeiras de coco babaçu do município de Lago do Junco no contexto das lutas pela terra e pelo livre acesso ao coco babaçu (FALCO, 2011, pág.94).

Sua finalidade seria de modificar as formas de produção e comercialização dos produtos considerados como agroextrativistas, abrangendo os provenientes do babaçu, assim eliminando a figura do “atravessador” do processo de comercialização da produção. O atravessador por muito tempo interferiu diretamente no escoamento da produção já que os mesmos ofereciam um preço baixo pelas amêndoas, o que impactava diretamente no modo de vida das comunidades.

Na década de 1990, é possível observar a organização do movimento das quebradeiras de coco, e, principalmente, a luta pelo controle da atividade, sem atravessadores. O processo produtivo foi transformado. Surgem novas maneiras de organização institucional e as quebradeiras associam-se para que todos possam ganhar com a exploração do babaçu. (ARAÚJO JUNIOR; DMITRUK; MOURA, 2014, pág. 134).

Mesmo com a represália dos antigos patrões seguiram em resistência juntamente com recém nascida cooperativa que aos poucos foram conseguindo parcerias, o que contribuiu para começar a ganhar estabilidade e confiança na nova empreitada. Estas conquistas trouxeram consigo além da progressão financeiras das famílias, condições objetivas para a continuação do processo de desvinculação não só econômica, mas política de várias famílias em relação aos patrões com os quais possuíam relações extremadas.

Tendo a cooperativa como opção, muitas famílias não sentiam mais a

obrigatoriedade de dispor com antecipação de sua produção no sistema de venda na folha, uma vez que essa operação lhes acarretava prejuízos financeiro e em alguns casos a contração de uma dívida moral com o patrão (LIMA NETO, 2007).

Com essa articulação local e para além do estado do Maranhão no início dos anos de 1990, nasceu o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) com a incumbência de organizar as quebradeiras de coco babaçu e a fim de defenderem a palmeira, o Meio Ambiente e para lutarem por condições melhores de vida (AYRES JÚNIOR, 2007). O MIQCB desde sua criação, objetiva ser instrumento articulador de mulheres, trabalhadoras agroextrativistas e cidadãs lutando pelo Babaçu Livre, ao mesmo tempo em que buscam alternativas econômicas para potencializar a renda advinda do babaçu.

O Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), é uma organização liderada por trabalhadoras rurais extrativistas do Tocantins, Pará, Piauí e Maranhão, localizado no norte e nordeste do Brasil. O MIQCB atua há quatro décadas, lutando por direito e livre acesso aos babaçuais dessas diversas regiões.

Na década de 1980, surgiu a Articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu, no Norte e Nordeste do País. Em 1995, transformou-se no Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), reunindo mulheres extrativistas do Piauí, Maranhão, Tocantins e Pará, com a missão de defender os direitos dessas mulheres, as palmeiras de babaçu, o meio ambiente e promover a melhoria das condições de vida nas regiões de extrativismo do babaçu. (BRASIL,2007).

O Movimento está estruturado em seis regionais que estão diretamente ligadas a coordenação interestadual do movimento, além de terem assessorias locais. O MIQCB assume principalmente um caráter ideológico, em que se busca a educação e conscientização dessas trabalhadoras rurais e promove discussões em grupos nas comunidades de sua abrangência. (MIQCB, 2020).

O livre acesso aos babaçuais nem sempre existiu, principalmente na região do médio Mearim, onde os babaçuais eram e continuam sendo a maior parte cercada, pois estão em grandes fazendas, com isso o trabalho das mulheres de coletar o babaçu ficou mais difícil.

[...] a consolidação da apropriação privada das áreas dos babaçuais teve como importante marco a Lei Sarney, que garantiu aos fazendeiros condições de acúmulo das árvores, afastando a moradia das quebradeiras de coco das áreas de acesso às palmeiras. Além disso, após essa lei, para continuarem a exercer suas atividades, elas deveriam firmar contratos com os novos proprietários das terras, que estipulava, conforme a correlação de forças, as cláusulas mais interessantes para si próprios. As quebradeiras que se recusaram a se submeterem a esses contratos eram proibidas de

entrar na área, sendo acusadas, inclusive, de furto, invasão de propriedade, dano, entre outros crimes. (SHIRAISHI NETO, 2006, pág. 20).

Essas mulheres já sofreram muitos abusos, ameaças e agressões verbais e físicas, elas também já tiveram o acesso às fazendas restritas, e muitas vezes o que conseguiam durante o dia era tomado pelos fazendeiros e seus capatazes ou havia confisco de suas ferramentas de trabalho (machado).

Em algumas fazendas eram utilizadas cercas elétricas para barrar as quebradeiras de coco, que ao tentarem cortar as cercas com facões e machados pegavam choques elétricos. Na região do Médio-Mearim ocorreram muitos conflitos por terra e livre acesso aos babaçuais, sendo que até os dias de hoje algumas pessoas carregam as sequelas das agressões sofridas no passado.

O babaçu já chegou a ser a única fonte de renda para muitas famílias, entretanto essa situação vem mudando para melhor, pois essas mulheres além de lutar pelos babaçuais lutavam por terra, pois eram sem-terra.

O MIQCB revelou a essas mulheres que a exclusão feminina não existe, o que fez com que a vida das quebradeiras de coco melhorasse muito e elas passassem a ser ativas socialmente e economicamente. Tal força pode ser refletida nas diferentes atividades proporcionadas pelo grupo, que não apenas anseia tirar seu sustento com a venda do coco e dos produtos produzidos a partir desta matéria prima, como o azeite, farinha e sabonete. Pelo contrário, o MIQCB assume principalmente um caráter ideológico, em que se busca a educação e conscientização dessas trabalhadoras rurais. O MIQCB promove discussões em grupos nas diferentes comunidades de todos os estados, liderados pela assessoria e diretoria de cada estado, que tiveram oportunidade de estudo no ensino superior e acesso a ajuda de professores das diferentes universidades federais, que conhecem e apoiam o movimento (MIQCB, 2020. Disponível em <https://www.miqcb.org/quem-somos>. Acesso em 07/03/2020).

Essas parcerias fizeram com que o movimento se fortalecesse e com as formações as mulheres passaram a ser protagonistas de suas próprias histórias e passaram a se auto reconhecerem como capazes de desenvolverem atividades culturais e econômicas nos locais em que estão inseridas.

2.4. O Enfrentamento das quebradeiras contra o latifúndio, terra e babaçu em disputa (a Lei do Babaçu Livre).

Como nas demais áreas, as extrativistas do babaçu também travaram batalhas no campo jurídico que em alguns casos foram favoráveis a elas, que continuam a buscar leis de preservação em âmbito federal não apenas estadual e municipal. Em destaque o decreto nacional nº 6.040 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento

Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT).

Essa política pública abrange povos e comunidades tradicionais de forma organizada, com seus representantes por associações e por suas formas tradicionais de organizações sociais e também participam representantes do Governo Federal.

No o Art. 3º, onde se encontram os objetivos instituídos na PNPCT, destaca-se garantir aos povos e comunidades tradicionais seus territórios, e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica;

A implantação da infraestrutura adequada às realidades socioculturais e demandas dos povos e comunidades tradicionais; A garantia dos direitos dos povos e das comunidades tradicionais afetadas direta ou indiretamente por projetos, obras e empreendimentos; Assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e coletivos concernentes aos povos e comunidades tradicionais, sobretudo nas situações de conflito ou ameaça a sua integridade e o reconhecimento, proteção e promoção dos direitos dos povos e comunidades tradicionais sobre os seus conhecimentos, práticas e usos tradicionais (BRASIL, 2016, pág. 21)

Além do Plano Nacional de Desenvolvimento a Lei do Babaçu Livre Nº 4.734/86 e alterada pela Lei Nº 7.824/2003, que assegura o livre acesso das quebradeiras de coco às palmeiras, inclusive aquelas que estão localizadas em propriedades privadas. A Lei proíbe a derrubada das palmeiras, o uso de pesticidas e a prática de cultivos que prejudiquem a palmeira e seu desenvolvimento ou o acesso às mesmas.

Por parte dos babaçuais estarem em propriedades privadas a violência contra as quebradeiras de coco se tornou um dos maiores problemas, já que as condições oferecidas de trabalho as/os extrativistas e a valorização no mercado do produto extraído, podem ser listadas também como dificuldades impostas a continuação desta atividade. Ressaltando em parte na dificuldade de dar importância econômica, cultural e social desta ocupação.

No Maranhão está concentrada em torno de 65% da vegetação do babaçu de toda sua extensão nacional de ocorrência, esta representação equivale a 30% da superfície do Estado. Nesse cenário segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (2020), o estado é o principal produtor brasileiro de amêndoas de babaçu. Se tratando do extrativismo vegetal que correspondeu em 2018, a uma produção equivalente a 47.116 toneladas de amêndoas, seguido por Piauí com produção de 3.035 até 47.115, Tocantins com produção de 131 até 3.034 toneladas, a produção do Ceará de 13 a 130 toneladas, o estado do Pará ficou com produção entre 3 e 12 toneladas. Já os estados do Mato Grosso, Bahia e Minas Gerais ficaram com produção abaixo do estado do Pará.

Esses dados deixam claro a importância econômica que essa prática traz para os estados, com isso se faz necessário mecanismos que garantam que essa prática continue. Assim, algumas leis foram criadas, a fim de garantir a preservação e acesso a essas áreas.

Em 2012, havia 16 leis de babaçu livre de abrangência municipal, sendo 11 no estado do Maranhão, 04 no estado do Tocantins e 01 no estado do Pará, onde o movimento interestadual das quebradeiras de coco babaçu (MIQCB) tem importante atuação. Apesar de representar um grande avanço para a conservação dos babaçuais e dos modos de vida das quebradeiras de coco, essa legislação não é suficiente para proteger as palmeiras. Mesmo em municípios onde a lei foi aprovada, muitos latifundiários se aproveitam da falta de fiscalização para promover o desmatamento e impedir o acesso das quebradeiras. (CARRAZZA; SILVA; ÁVILA, 2012, pág. 10).”

Com toda essa abrangência e importância territorial a fiscalização por meio do estado ainda é ineficaz. Mesmo assim, isso não impediu que novas leis fossem criadas a nível de estados e municípios.

A Lei do Babaçu Livre nº 231/2007, dá disposição sobre a proibição da derrubada de palmeiras de babaçu nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins, Pará, Goiás e Mato Grosso e dá outras providências para garantir a conservação dos babaçuais. A referida Lei abriu caminho para os municípios criarem esse mecanismo de preservação a nível local. Dos municípios maranhenses que possuem embasamento na referida lei são:

- Lei Municipal nº 005/97 e Lei Municipal nº 01/2002 de Lago do Junco;
- Lei Municipal nº 32/99 de Lago dos Rodrigues;
- Lei Municipal nº 255/99 de Esperantinópolis;
- Lei Municipal nº 319/2001 de São Luiz Gonzaga;
- Lei Municipal nº 1.084/2003 de Imperatriz;

- Lei Municipal nº 466/2003 de Lima Campos;
- Lei Municipal nº 52/2005 de São José dos Basílios;
- Lei Municipal nº 01/2005 de Cidelândia;
- Lei Municipal nº 05/2005 de Lago da Pedra;
- Lei Municipal nº 1.137/2005 de Pedreiras;
- Lei Municipal nº 227 08/2006 de Amarante do Maranhão;
- Lei Municipal nº 106/2007 de Vila Nova dos Martírios;
- Lei Municipal nº 168/2012 de São Pedro da Água Branca;
- Lei Municipal nº 95/2012 de Governador Archer;
- Lei Municipal nº 03/2015 de Peritoró.

Dando sequência aos estados com leis de proteção aos babaçuais no estado do Tocantins, foi aprovada a Lei de Babaçu Livre nº 1.959, de 6 agosto de 2008 que “Dispõe sobre a proibição da queima, derrubada e do uso predatório das palmeiras do coco de babaçu e adota outras providências”. Que em seu Art. 1º define:

São proibidas a queimada do babaçu inteiro ou *in natura*, para qualquer finalidade, a derrubada e uso predatório de suas palmeiras no estado do Tocantins, vedadas ainda, as práticas que possam prejudicar a produtividade ou vida do babaçu (Palmas-TO, 2008).

No Maranhão a Lei nº 4.734 de 18 de junho de 1986 e a Lei nº 7.824 de 22 de janeiro de 2003, proíbe a derrubada de palmeiras de babaçu em todo território do estado. A Lei nº 9.428 de 02 de agosto de 2011, institui o dia estadual das quebradeiras de coco babaçu, a ser comemorado no dia 24 de setembro de cada ano.

Já no estado do Piauí: Lei nº 3.888 de 26 de setembro de 1983 institui em seu Art.º1º a proibição da derrubada em áreas rurais de todo território estadual, de palmeira do babaçu. As Leis Municipais Babaçu Livre, garantem o livre acesso e uso comum das palmeiras de Babaçu existentes no município, para as quebradeiras de coco em regime de economia familiar e comunitária. Cada estado e municípios buscaram apoiar-se na lei para que o babaçu continuasse sendo um bem comum e que todos tivessem acesso, mesmo com as dificuldades ainda existentes.

Uma forma de celebrar todas essas conquistas foi o projeto de lei N° 102/2011 que institui o dia 24 de setembro como o Dia Estadual das Quebradeiras de Coco Babaçu. O

projeto sancionado em 30 de agosto de 2011, foi de autoria do Deputado Estadual Bira do Pindaré naquele ano, pelo Partido dos Trabalhadores (PT). A data em referência diz respeito ao I Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, em setembro de 1991, desde então o dia é comemorado em vários estados.

[...]esse projeto fez valer o “dia estadual das quebradeiras de coco babaçu”, fixado anualmente no dia 24 de setembro. Esse é um dia determinado como o dia simbólico de luta, posto que essa seja a data referência ao acontecimento do *I Encontro de Quebradeiras de Coco no Estado do Maranhão* (ARAÚJO JÚNIOR; DMITRUK; MOURA, 2014, pág., 145).

A comemoração realizada nos estados do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins é feita como uma forma de lembrar as batalhas que foram travadas para as conquistas já realizadas. Para além de um momento festivo, nesta data são realizados debates envolvendo os desafios das mulheres de acordo com a conjuntura em que estão inseridas, manifestações e apresentações culturais como forma de valorização dos conhecimentos construídos historicamente por cada região e estado.

3 A IMPORTÂNCIA SOCIOECONÔMICA E CULTURAL DO BABAÇU NA REGIÃO DO MÉDIO MEARIM (CONQUISTAS E DESAFIOS)

Ei, não derruba esta palmeira. Ei, não devore os palmeirais.
 Tu já sabes que não podes derrubar,
 Precisamos preservar as riquezas naturais [...]
 (Xote das quebradeiras)

Falar das quebradeiras de coco babaçu na regional médio Mearim e seus modos de vida, nos envolve em uma realidade complexa, com dificuldades, assim como o encanto de suas poesias, lutas, desafios e conquistas. A região do médio Mearim possui uma área de abrangência de 8.765,30km² (IBGE/MA, 2015), e com uma população que abrange a zona rural e urbana de 262.320 habitantes. Essa região é composta por famílias assentadas, quilombolas e extrativistas que praticam a agricultura familiar.

Essa região é composta pelos municípios de Lago da Pedra, Esperantinópolis, Poção de Pedras, Bom Lugar, Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, Lima Campos, Capinzal do Norte, Lago Verde, Alto Alegre do Maranhão, São Luís Gonzaga do Maranhão, Bacabal, Pedreiras e Peritoró. As famílias da região, além de trabalharem com a agricultura familiar, parte delas, também praticam o extrativismo do coco babaçu, do qual de utilizam a produção do babaçu tanto para consumo, como para comercialização.

Na região, os principais produtos comercializados do babaçu são: óleo de babaçu orgânico, torta de babaçu para ração animal, sabonete, sabão, farinha de mesocarpo, azeite, casca de babaçu, carvão da casca do babaçu e artesanato (SILVA; NAPOLITANO; BASTOS, 2016, pág. 44).

O babaçu é uma atividade economicamente viável e ajuda a preservar o meio ambiente. Por ser uma atividade secular, se constituiu como uma cultura que sobreviveu com o passar do tempo, e que continua a ajudar muitas famílias que desenvolvem este extrativismo.

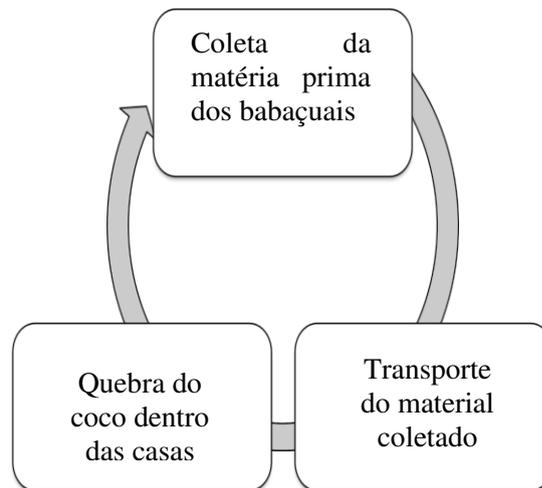
A extração do babaçu é tradicionalmente realizada pela produção familiar, sendo a força de trabalho eminentemente feminina a responsável pela coleta do coco nas matas de babaçuais e a quebra para separar a amêndoa do restante do coco. As quebradeiras representam um movimento espontâneo na luta pelo livre acesso aos babaçuais (MACHADO, 2015, pág. 17).

Ao mesmo tempo em que é um movimento espontâneo, a necessidade de organização se faz necessária, já que a pauta das mulheres da regional do Médio Mearim maranhense praticamente a mesmo que as de outras extrativistas do Maranhão e também de outros estados, que vão desde a privação do acesso às palmeiras, até o não controle da própria renda, que por um longo período era o marido que tomava de contado recurso adquirido pelas mulheres.

[...]o tortuoso caminho de empoderamento trilhado pelas quebradeiras de coco babaçu nas esferas sociais, políticas e econômicas produziu conquistas importantes que melhoraram a vida daquelas mulheres. No Maranhão o MIQCB levou as mulheres trabalhadoras rurais a se fortalecer como grupo, a enfrentarem seus maridos/companheiros em busca de empoderamento e de autonomia. Foram à luta nos babaçuais e nos conflitos pela terra. Vale frisar que esse processo de lutas teve início com a participação das mulheres nos clubes de mães e nos grupos de quebra de coco coletiva (SILVA, 2014, pág. 20).

Mesmo com tanta oposição, os produtos do babaçu e a luta das mulheres ganharam força e hoje se destacam, pois, a produção além de serem ecologicamente viável pode ser feita para fins lucrativos como a produção das cooperativas e fábricas ou simplesmente para subsídio familiar.

O modo de processamento do coco babaçu de modo geral permanece inalterado, em virtude na maioria dos casos a extração do coco, ainda ser realizado de forma artesanal (manual), em condições de extrema dureza as quebradeiras de coco babaçu, obedecendo a seguinte ordem:



Com todo esse processo demorado e manual surgiram várias tentativas de criar máquinas para quebra e beneficiamento do coco babaçu, no entanto, até o momento nenhuma conseguiu superar o aproveitamento que o trabalho manual que as mulheres realizam.

As mulheres quebradeiras de coco babaçu, conseguiram com muito esforço e luta vencer várias barreiras que pareciam intransponíveis. O preconceito foi o principal, pois elas também tinham vergonha de dizer que eram quebradeiras de coco, apesar de viverem deste trabalho. Por razão da falta de reconhecimento, elas se resguardavam, pois não podiam fazer qualquer atividade que envolvesse o dinheiro que conseguiam, era sempre o marido quem cuidava dessas atividades.

As quebradeiras de coco babaçu são mulheres, adultas e jovens, agricultoras, parteiras, artesãs, cozinheiras, donas de casa, costureiras, professoras, pescadoras, quilombolas, indígenas, extrativistas, enfim, mulheres comuns da comunidade que utilizam o coco babaçu. Há alguns anos tinham vergonha do que faziam, quando passava alguém por perto, elas corriam para esconder o cofo no mato para não serem reconhecidas (BASTOS; NAPOLITANO; SILVA, 2016, pág. 24).

Apesar de parte do sustento das famílias sair da roça, a quebra do coco tem relevante contribuição na renda familiar. Entretanto muitas mulheres ainda encaram essa jornada de trabalho apenas, para ajudar suas famílias, além de cuidarem dos afazeres domésticos, dos filhos.

Desde o momento em que assumiram seu papel, passaram a assumir sua identidade de quebradeiras de coco e a se reconhecerem e se orgulharem da atividade que exercem. Em consonância com Almeida (1995) ao dizer que:

Afirmção de uma existência coletiva, enquanto unidade de mobilização que tem como característica básica: a mobilização em torno da terra, do livre acesso e da preservação dos babaçuais e da relevância do trabalho feminino na unidade doméstica, tendo no trabalho extrativo do babaçu o seu principal meio de vida (ALMEIDA, 1995, pág.13).

Depois de muito lutarem, conseguiram seu espaço perante a sociedade. Apesar de ainda sofrerem preconceito, hoje em dia é com menos intensidade, mas o passado serviu para continuarem lutando e se organizando em diferentes esferas e organizações.

A prova que a luta vale a pena são as conquistas que elas já conseguiram, como o MIQCB, o apoio do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), da Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA), entre outras.

Além desses apoios foram criadas formas de se organizarem nos diferentes municípios do estado como a Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (AMTR) criada em maio de 1989, a Cooperativa dos Pequenos Produtores Agrícola de Lago do Junco (COPPALJ) com data de fundação em abril de 1991, e a Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis (COOPAESP) sendo fundada em 1992. Toda essa organização abriu caminhos para o amadurecimento das atividades do MIQCB.

Com a criação das cooperativas conseguiram lançar no mercado, uma linha de produtos, na qual, a matéria prima usada é o coco babaçu, essa linha leva o selo ecológico, pois não causa danos ao meio ambiente já que o aproveitamento do babaçu é integral e aproveitado toda a palmeira e seus frutos.

Foto 02: Sabonete (A) e farinha de Mesocarpo (B) do babaçu.



Fonte: COPPALJ (2019)

A palmeira de babaçu, como planta nativa da região, é parte da história dessas famílias. O conhecimento e as vivências que as mulheres têm da palmeira são tão grandes que ela é aproveitada de forma integral, gerando dezenas de produtos sustentáveis que geram renda (MATOS; SHIRAIISHI; RAMOS, 2015, pág. 08). Além dos produtos voltados para a alimentação e limpeza, conseguiram lançar no mercado uma linha de Biojóias e artesanato

decorativos com o próprio coco e palha que levam a identidade dos babaçuais para além do fator alimentação.

Esses arranjos são feitos com o coco babaçu inteiro, do endocarpo é feito a fabricação de colares, pulseiras, anéis, chaveiros e outro utensílios decorativos, com a palha trançada para a confecção de cofos, cestos, entre outros. É importante salientar que há participação dos jovens na produção desses produtos, a qual inicia desde o momento de coleta dos materiais e passa também, na comercialização e venda dos mesmos.

Foto 03: Artesanato decorativo (A) e biojóias (B) feitos do babaçu.



Fonte: Arte babaçu (2019)

O desafio de manter a juventude engajada nos meios de produção e aproveitamento dos babaçuais, ainda se constitui como desafio. Além de manter-se organizada a produção já existentes, por causa de diversos fatores e o momento histórico a que estão inseridas. Mesmo assim as mulheres quebradeiras de coco ainda se reinventam e continuam a luta nas diversas esferas da sociedade.

4 DA CONQUISTA DA TERRA AO EXTRATIVISMO DO BABAÇU: CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL DAS COMUNIDADES ALTO DA LIBERDADE E PATIZAL, ASSENTAMENTO PEDRA PRETA, MUNICÍPIO DE ARAME-MA.

4.1. Histórias e memórias do Assentamento Pedra Preta/Morro dos Garrotes

Agora nós vamos pra luta, A terra que é nossa ocupar. A terra é para quem trabalha,
A história não falha, nós vamos ganhar!
Já chega de tanto sofrer! Já chega de tanto esperar! A luta vai ser tão difícil,
Na lei ou na marra, nós vamos ganhar! [...]

(Encantadeiras, 2014)

Os processos migratórios de lutas no campo brasileiro é uma questão antiga, que veio sendo perpassado no transcorrer dos séculos, assim como às questões agrárias neste contexto atual do século XXI e as relações sociais preexistentes no campo. A complexidade das relações existentes no meio rural, são decorrentes das lutas ou do modo em que vivem, já que os mesmos possuem dinâmica próprias, resultantes de vários processos.

Como essa dinâmica de migração é causada por diversos fatores, esse processo ocorre nas várias regiões do país, o que pode levar a aparição de conflitos nesse processo. Também pode levar a formação de novas culturas e novas formas de sobrevivência. Assim nas palavras de Silva (2011);

O fenômeno da migração nordestina provocou na Amazônia um processo de desterritorialização de comunidades nativas, sendo estabelecida uma disputa pelos territórios entre os grupos de trabalhadores que chegavam na região, o capital e as comunidades. Apesar dos conflitos criados pela migração, os migrantes vindos de todas as regiões do país foram responsáveis pela formação do povo amazônico. Através da mistura de suas culturas e valores com o modo de vida dos indígenas, posseiros, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas e todos os outros grupos sociais existentes, foi constituída a atual diversidade cultural e política encontrada na Amazônia (SILVA, 2011, pág. 26/27).

Nesse processo de constituição de um novo modo de vida e diversidade político-cultural no território amazônico do qual o Maranhão também faz parte, faz com que o estado seja um espaço de passagem dos migrantes, principalmente os nordestinos. Mas nem todos que seguem essa rota de fuga deixam o estado, já que o mesmo possui uma diversidade de recursos naturais.

Com o grande número de migrantes se fixando no Maranhão, inicia-se então um da expulsão dos camponeses por meio de vários mecanismos, que iam da grilagem de terra á ações violentas. Assim, parafraseando com Silva (2016):

No Maranhão, as históricas de relações entre fazendeiros e camponeses, agora mediadas pelas determinações do capital, apresentam elementos de violência e perseguição, cuja base está na expropriação dos meios de reprodução social pelas famílias camponesas é a migração. Porém, observa-se no estado, que mesmo famílias que lutaram e conquistaram áreas de assentamentos de reforma agrária que, de maneira geral, não criam condições de trabalho e manutenção das famílias na terra (SILVA, 2016, pág. 256).

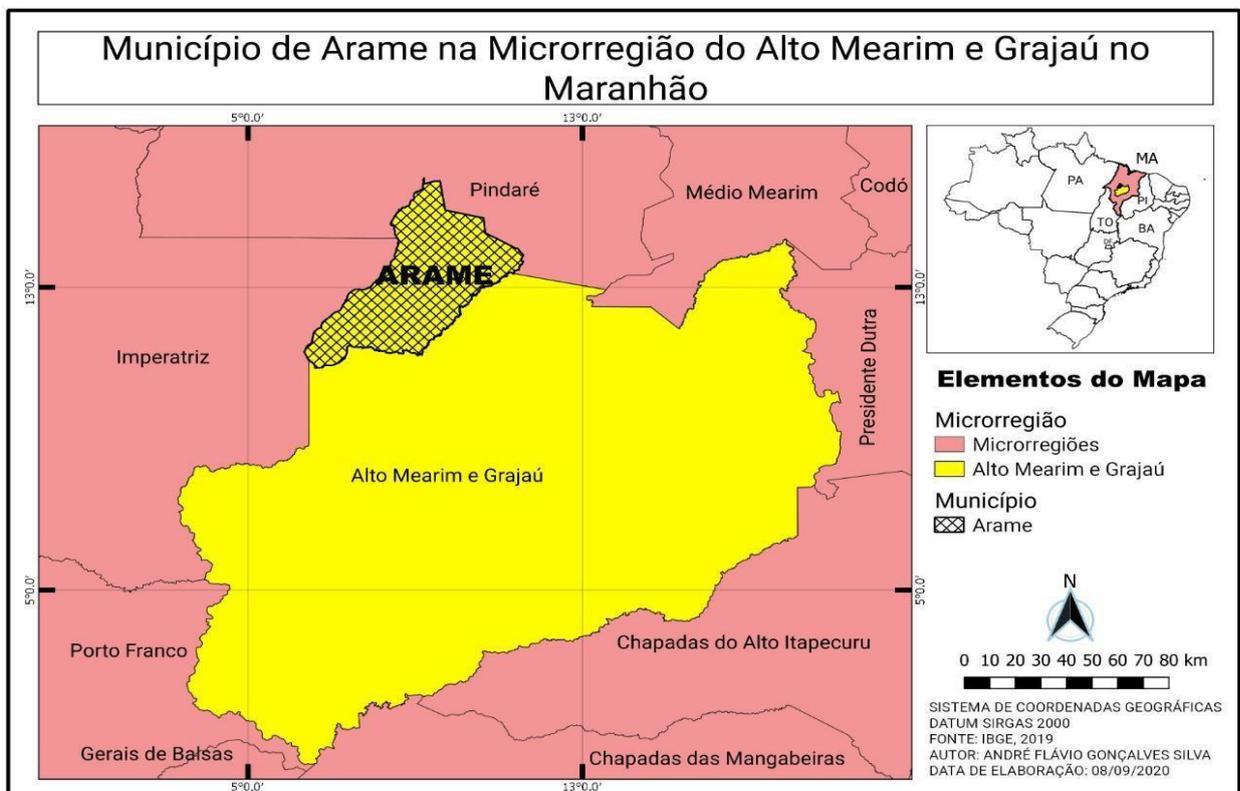
Essas relações de força e resistência contra os fazendeiros e grileiros se perdura até a atualidade tanto no estado do Maranhão como nos demais estados. Assim como nas demais regiões do estado do Maranhão, a região do alto Mearim se tornou uma rota de migração e de recomeço para muitas famílias que ali se fixaram.

Seguindo essa rota migratória nas microrregiões maranhenses e mais especificamente na região do Alto Mearim, município de Arame-MA, que conquistou sua emancipação no ano de 1988 desvincilhando-se do município de Grajaú. Considerando que o município possui áreas de demarcação indígenas e áreas de assentamentos, além de áreas de APP's por causa do rio que corta o município. Assim de acordo com CORREIA FILHO, et al (2011):

O município de Arame teve sua autonomia política em 15/03/1988 e está inserido na Mesorregião Centro maranhense, dentro da Microrregião Alto Mearim e Grajaú, compreendendo uma área de 3.009 km², uma população de aproximadamente 31.568 habitantes [...]. Limita-se ao Norte com os municípios de Santa Luzia e Marajá do Sena; ao Sul, com os municípios de Grajaú e Amarante do Maranhão; a Leste, com os municípios de Lagoa Grande do Maranhão e Itaipava do Grajaú e; a Oeste, com o Município de Amarante do Maranhão (CORREIA FILHO; et al, 2011, pág. 13)

Por ser permeado por esses municípios, essa região se tornou área de transição e de recomeço para muitas pessoas que estavam em busca por uma vida melhor. Além de se tornar uma rota de fuga essa área é de montanhas, com grandes lagos e rio, fazendo com que muitos se fixassem e retomassem a vida nesse município.

Figura 02: Localização do município de Arame no estado do Maranhão.



Fonte: SILVA, 2020.

Além da reserva indígena, o município ainda possui assentamentos de grandes extensões. Um desses assentamento é o Pedra Preta/ Morro dos Garrotes, que segundo o

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA (2017), tem capacidade para 557 famílias assentadas e possui 555 famílias já assentadas. Sua área de abrangência é de 29.162 hectares (ha), além de fazer parte da Amazônia legal.

Segundo relatos dos próprios moradores, o assentamento é a junção de pessoas vindas de outras cidades próximas como Grajaú, Lago do Junco e Paulo Ramos e de outros estados como Piauí, Ceará em meados do ano de 1984. As pessoas ocuparam essa parte da regional Alto Mearim, contaram com a ajuda de padres e com a forte influência da igreja católica nesta região.

O assentamento continuou como área de ocupação por muito tempo e somente no ano de 1991 iniciou-se a fase de loteamento, onde cada família recebeu o equivalente a 50 hectares. Depois desse longo período, foram entregues aos posseiros os títulos de posse dos lotes em 1993, ato esse que foi realizado pelo INCRA. Com a distribuição dos lotes, formaram-se então as comunidades que atualmente são: Patizal, Alto da Liberdade, Monte Videl, Alto da Paz, Centro dos Brancos, Vila Artur, Divisa 1 e Divisa 2 e Chapada do Garoto.

Antes de oficializada a área como assentamento houve uma tentativa de expulsão das famílias ali já residentes, mas as famílias se organizaram e resistiram. No período de ocupação da área não ocorreram conflitos violentos, apenas no campo jurídico, onde alguns pais e pessoas de referências das famílias que ajudaram no processo de organização foram processados. Com a posse do assentamento oficializada e distribuídas os loteamentos entre as famílias, esses processos foram arquivados.

Seguindo as ações envolvendo o assentamento e o município de Arame-MA, foi assinado um documento que garantia a não intervenção policial sob qualquer ocasião dentro do assentamento, sendo que a ocorrência de irregularidades dentro daquele espaço seriam resolvidos pelos próprios moradores da área, a regra era que se uma pessoa cometesse um erro ela seria banida do município e se voltasse a ser vista na região deveria ser.

Por causa de alguns acontecimentos graves que aconteceram no assentamento, o mesmo ganhou uma má fama, referindo-se à população como violenta. Com o passar dos anos essa fama aos poucos foi se desfazendo, um dos motivos foi a evasão que se iniciou e que perdura até os dias atuais no assentamento por falta de políticas públicas voltadas para o bem estar e permanência das famílias, outro fato foi o falecimento de causas naturais das pessoas que participaram da ocupação.

Depois de todo esse processo, inicia-se a produção de alimentos para o sustento das famílias que é proveniente da agricultura familiar, onde produzem uma diversidade de alimentos no sistema de roça do toco. Para fazer a roça o terreno escolhido passa por algumas etapas, como: a) o broque, que consiste no corte da vegetação rasteira e de grande porte da área; b) a queimada para limpar o local; c) o plantio; e, d) a capina, que é feita para a retirada das plantas espontâneas para não prejudicar a safra, após a plantação e antes que a produção atinja um tamanho mediano. Planta-se arroz, feijão, milho, fava que são a maior parte da produção. Também são plantadas culturas de ciclo rápido como melancia, abóbora, jerimum, uma diversidade de melões, entre outras espécies.

Além da produção e estilização nas comunidades, o que contribuiu para a permanência das famílias foi a construção da escola que se deu no início da formação do assentamento. Nas comunidades haviam “duas” escolas que funcionavam nas casas das duas únicas professoras nas comunidades Além de cuidarem da educação dos alunos, ainda eram responsáveis pelo preparo da alimentação utilizando inclusive os próprios utensílios domésticos.

Uma era a Escola Municipal Pública Barbosa que passou a atender a turma de alfabetização e a 1ª série (atualmente 2º ano). A Escola Municipal Tiradentes acolhia o ensino fundamental com as séries iniciais e finais (3º ao 6º ano). No ano de 2005 foi construído um prédio escolar na comunidade Patizal, projeto feito pelo ex Padre da comunidade Artur Eprt e está situada a 72km da cidade de Arame, que foi onde ocorreu a unificação das duas escolas e o nome que continuou no prédio novo foi Escola Municipal Pública Barbosa. A estrutura é composta por duas salas, dois banheiros, uma cozinha, uma diretoria, uma dispensa e um pequeno pátio na frente. Ao todo a escola tem uma área de 100 m².

A escola da comunidade foi construída pela Igreja Católica e, como já citados anteriormente, os alunos estudavam na casa das professoras, situação difícil para ambas as partes, pois as professoras precisavam ministrar as aulas das disciplinas em uma turma multisseriada. Depois de muitos anos convivendo com essa situação e com uma ação não-governamental, a Igreja Católica construiu a escola, sendo que a prefeitura contribuiu apenas com o transporte dos materiais de construção.

De 2014 a 2016 a escola estava em situação precária, pois o descaso da prefeitura era aparente e no período chuvoso as aulas eram prejudicadas pelo fato de o teto se encontrar em

péssimas condições, assim era praticamente inviável ministrar as aulas. Ao longo do segundo semestre do ano de 2016 a escola passou por uma reforma e está funcionando sem maiores complicações. Atualmente a escola conta com um quadro de dez funcionários, sendo que sete são professores e os demais são da área de serviços gerais. O corpo docente da escola em sua maioria tem formação superior e com o quadro de aproximadamente 60 alunos ao todo.

Através da educação, da agricultura e o fato de cada família está plantando e colhendo em sua própria terra e através desta e de outras atividades como a criação de animais de grande porte como bovinos que são para venda e consumo de carne e de leite, cavalos e éguas que são utilizadas para transporte. Além dos animais de grande porte, a criação de pequenos animais como caprinos, ovinos, suínos e aves que são para a alimentação ou para vender, o que acaba contribuindo na renda familiar.

Com a organização das comunidades do assentamento, as famílias começaram a desenvolver atividades de produção de alimentos e aproveitamento de recursos naturais já existente nas comunidades. Fazendo esse recorte, nas comunidades Alto da Liberdade e Patizal se utilizaram do coco babaçu como forma de obter sustento ou a complementação da renda familiar. A quebra de coco nas comunidades começou com a vinda de pessoas da regional Médio Mearim, que já conheciam essa prática de aproveitamento desse fruto.

Assim como nas demais regiões nas comunidades do Alto da liberdade e Patizal, a quebra do coco babaçu é feita de forma manual, sendo que a atividade pode ser feita de forma individual em suas casas ou de forma coletiva. A quebra do coco também pode ser de meia (onde a produção do dia é dividida igualmente entre os que participaram da quebra), trocando dias, que consiste no revezamento nos dias de quebra de forma que sejam iguais as diárias na casa de cada pessoa envolvidas nesse acordo.

São mulheres guerreiras, solidárias, forjadas na luta pelos babaçuais, pela terra, pela valorização do extrativismo e pela dignidade de ser mulher. As quebradeiras de coco babaçu ganham força política ao se descobrirem como sujeito coletivo a partir da própria atividade produtiva que desenvolvem, sempre em rodas de conversas, em grupos de amizades e em parcerias por laços de família, compadrio e vizinhança. (MATOS, 2013 pág.44.).

Com essa organização baseada nas relações já existentes nas comunidades, na realização dessa e de outras tarefas, a quebra do coco babaçu também contribui com a solidificação das relações, visto que o tempo dedicado à atividade existe uma troca de experiências e vivências por meio de diálogos que contribuem para a reafirmação da importância desta atividade para as comunidades.

5 OBJETIVOS

5.1 GERAL

- Analisar a importância da prática do extrativismo do Babaçu nos contextos socioeconômicos, ambiental e cultural para as comunidades Alto da Liberdade e Patizal no assentamento Pedra Preta, Município de Arame-MA.

5.2 ESPECÍFICOS

- Verificar a importância socioeconômica do extrativismo do coco babaçu para as famílias das comunidades do Alto da Liberdade e Patizal;
- Identificar os principais impactos ambientais que o desmatamento dos babaçuais está trazendo para a manutenção da Biodiversidade local;
- Descrever a importância sociocultural do extrativismo do babaçu, para as famílias das comunidades;
- Verificar se há dificuldades das mulheres das comunidades em organizar-se em cooperativas de apoio à extração do coco babaçu;

6 METODOLOGIA

A construção desta pesquisa iniciou-se com uma pesquisa bibliográfica e análise de documentos oficiais como Leis Federais, Estaduais e Municipais e a coleta de informações em sites oficiais, com abordagem na temática do extrativismo do Babaçu.

Com o propósito de entender a importância socioeconômica, ambiental e cultural. Neste trabalho realizou-se uma pesquisa de natureza aplicada, de abordagem do problema de forma quantitativa, objetivos de base exploratória e descritiva, com o uso procedimentos técnicos da pesquisa bibliográfica e pesquisa-ação. Os principais instrumentos de coletas de dados utilizados foram pesquisas bibliográficas em documentos oficiais e os questionários aplicados ao público alvo. As observações realizadas auxiliarão o alcance do objetivo geral de analisar a importância do extrativismo do Babaçu para essas comunidades.

Extrativismo do Babaçu para as comunidades, foram aplicados questionários (Apêndice A) com 14 mulheres que residem nas comunidades e fazem o aproveitamento do babaçu. O número de pessoas participantes foi em decorrências da dificuldade de acesso às mulheres, pois nem todas coletam o babaçu em grupos e por algumas não se sentirem à vontade em participar da pesquisa. No entanto o número de resultados mostrou-se representativo, pois das 20 possíveis participantes 14 participaram do estudo. As questões elaboradas para os questionários procuraram coletar dados sobre as questões socioeconômicas que essas mulheres estão inseridas, as formas de trabalho, de organização e as questões culturais e ambientais que envolvem o extrativismo do babaçu na região.

Os questionários foram aplicados nos meses de julho a agosto de 2019. Sendo que 06 na Comunidade de Alto da Liberdade e 08 na Comunidade de Patizal ambas no Município de Arame no Maranhão. Vale ressaltar que os questionários foram aplicados especificamente com mulheres quebradeiras de coco babaçu, pois são as principais responsáveis por essa atividade nas comunidades.

Durante a sua aplicação foram realizadas observações sem interferir nas respostas das participantes, para entender os desafios das quebradeiras de coco nas comunidades e verificar como a falta de uma organização delas, pode interferir na preservação desse costume da extração do coco babaçu nas comunidades de análise da pesquisa.

A observação dos espaços de coleta e processamento do babaçu, para ver o funcionamento do modo de produção e entender os principais impactos ambientais, que o desmatamento dos babaçuais está trazendo para a manutenção da Biodiversidade local e como

ocorre cada etapa do aproveitamento do coco babaçu.

Ressalta-se que a coleta dos resultados da pesquisa, também são provenientes da vivência tida no local. Os registros fotográficos foram realizados também durante toda a realização da pesquisa para ajudar nesta análise.

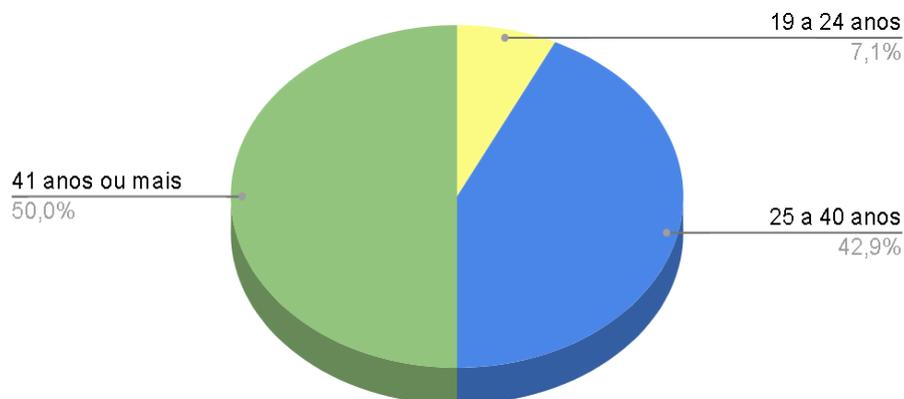
Dada a expectativa de baixa instrução escolar do público alvo, foram feitas conversas individuais com cada participante no intuito de explicar a finalidade do questionário e tirar dúvidas. Porém, sempre atentando para que essa ação não interferisse nas respostas. Após a aplicação dos questionários foi realizado a organização dos dados, criação de gráficos, que passaram por uma análise estatística que possibilitaram a discussão dos resultados.

7 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos dos questionários dividiram-se em dados socioeconômicos, culturais e ambientais e mostram semelhanças entre aspectos das mulheres que praticam o extrativismo do babaçu, conforme apresentado a seguir. Ainda que tivesse familiaridade com os espaços e o público analisado, a aplicação dos questionários e a observação de todo o processo de coleta, quebra e processamento do produto extrativista trouxe um novo olhar e uma melhor compreensão sobre todo o processo de uso do babaçu nas comunidades

Levando em consideração a idade das participantes 50% das entrevistadas, possuem 41 anos ou mais, 42,9 % têm de 25 a 40 anos de idade e 7,1%, têm idade entre 19 a 24 anos de idade. Apesar da variação de idades obtidas, percebe-se que ainda há prevalência de pessoas mais velhas na atividade de extrativismo do babaçu, o que também pode ser comprovado na pesquisa pelo desinteresse dos jovens em se inserir nessa atividade que já existe a anos nas comunidades, por ser uma atividade que dispense de uma carga horária alta de trabalho e o retorno financeiro ser pouco.

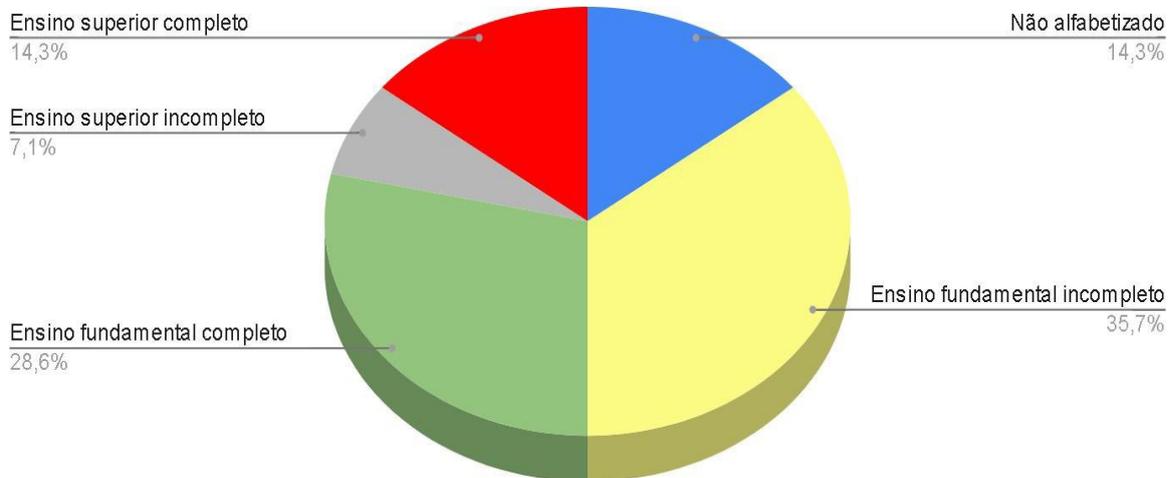
Gráfico 01: Idade das mulheres extrativistas do babaçu no Município de Arame (MA).



Fonte: Autora (2020)

Observou-se que o nível de escolaridade dessas mulheres também é variado. Foram encontradas representações de quase todas as categorias sugeridas no questionário, variando das que possuem ensino superior completo até as não alfabetizadas conforme o gráfico 02 a seguir. Não foram encontradas mulheres nas categorias alfabetizadas, ensino médio completo e ensino médio incompleto.

Gráfico 02: Escolaridade das quebradeiras de coco babaçu no Município de Arame (MA)



Fonte: Autora (2020)

Percebeu-se que em relação a renda familiar, algumas mulheres além de extrativistas, também são funcionárias públicas e atuam na escola do município, como professoras ou na área de serviços gerais. Mesmo com trabalho fixo e remunerado, o babaçu continua a fazer parte do cotidiano delas. Observou-se que para as mulheres com emprego fixo, a permanência na atividade é uma forma de diminuir o gasto financeiro com produtos que são provenientes do babaçu como: o azeite, carvão e o sabão.

Além delas considerarem que o leite de coco e outros produtos, que elas produzem, a partir das amêndoas têm qualidade superior aos encontrados no comércio. Outro fator observado é a dificuldade de acesso a estes produtos nas comunidades, tendo em vista a falta de estabelecimentos comerciais nas comunidades ou a distância do acesso a eles nas cidades próximas como Lagoa Grande do Maranhão a 32 km e a cidade de Arame distante 72 km das comunidades.

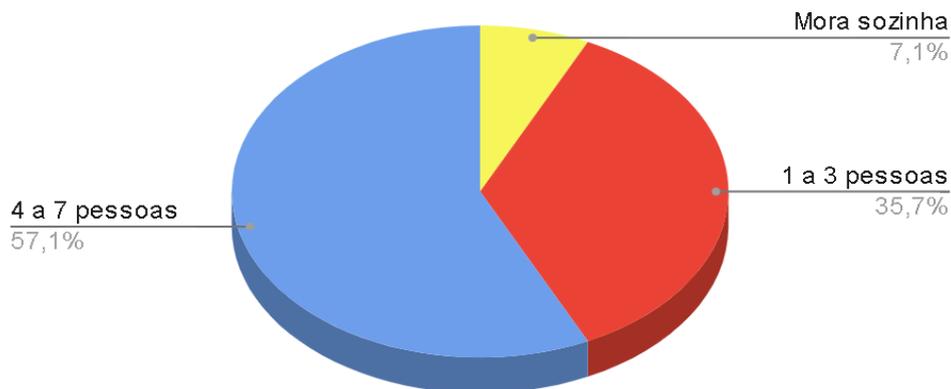
Ao analisar a relação entre idade e nível de escolaridade das quebradeiras, ficou evidente que a atividade extrativista geralmente é encerrada pelas mulheres mais velhas, por questões como idade ou problemas de saúde. As novas gerações estão pouco inseridas nessa atividade, por alguns motivos como: não gostarem da atividade por exigir muito esforço

físico, porque há agora mais facilidade de acesso aos estudos, como o ensino médio que é feito fora das comunidades, migrações dos mais jovens, para trabalhar no garimpo em outros estados, como o Pará, saída para trabalhar em áreas de lavouras e na produção de hortaliças em grandes empreendimentos rurais nos estados como Minas Gerais e Mato Grosso.

Estas atividades têm maior custo benefício, em relação ao extrativismo de coco babaçu podem gerar até 06 vezes mais renda para as famílias. Levando em consideração que quando há a venda do azeite arrecadam até R\$ 200,00, enquanto o trabalho nessas lavouras chega a arrecadar mais de R\$ 3000,00 por mês.

Quando analisado a composição das famílias observou-se também uma variedade de informações conforme o gráfico 03 abaixo:

Gráfico 03: Quantidade de pessoas nas famílias das quebradeiras de babaçu no Município de Arame (MA).



Fonte: Autora (2020)

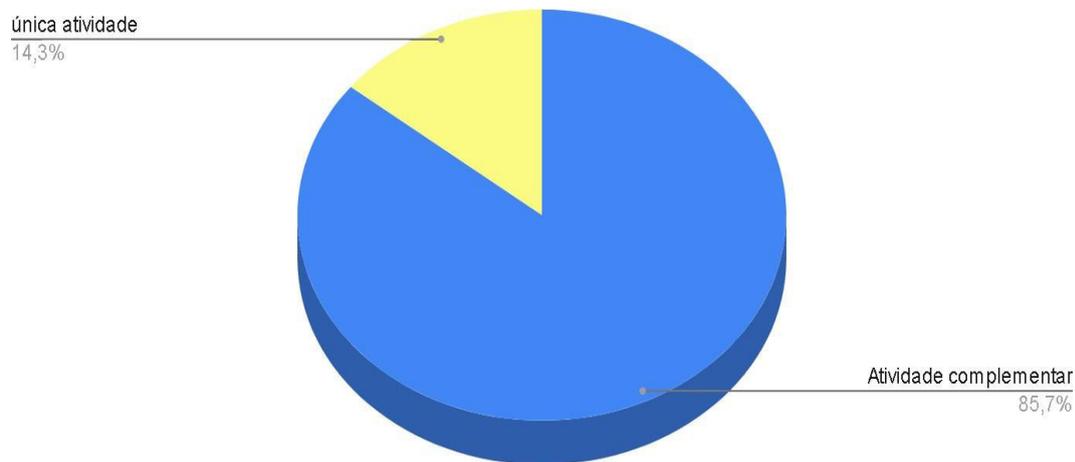
O número de indivíduos das famílias com o decorrer dos anos vem diminuindo consideravelmente nas comunidades. Observou-se na pesquisa que as primeiras famílias das comunidades chegavam a ter por volta de 06 a 10 pessoas. Atualmente as famílias possuem uma média de 04 a 07 membros, que foi a faixa com maior representação com 51,7% dos resultados. Não foram encontradas famílias com mais de 08 membros. Um reflexo que possivelmente se estende aos municípios vizinhos à Arame e refletem a mudança de cultura das novas gerações.

Em relação a moradia, todas elas possuem casa própria. Variando apenas na composição da estrutura das construções entre taipa, alvenaria e mista (taipa com alvenaria). A maioria das casas de alvenaria vieram do Programa Minha Casa, Minha vida.

No que concerne a renda familiar, todas as entrevistadas ganham até um salário mínimo por mês, resultado do valor da venda dos produtos do coco babaçu e somado por auxílio do Governo Federal, além das envolvidas que recebem o salário por serem funcionárias públicas.

Analisando o trabalho do extrativismo do babaçu dentro da renda das mulheres pesquisadas, percebeu-se que a maioria das entrevistadas o tem como complemento da renda, o que representa 85,7% do público pesquisado. Não houve registros do extrativismo ser a principal atividade da renda da família. Conforme o gráfico 04 a seguir.

Gráfico 04: Faixa de renda familiar das quebradeiras de babaçu no Município de Arame (MA)



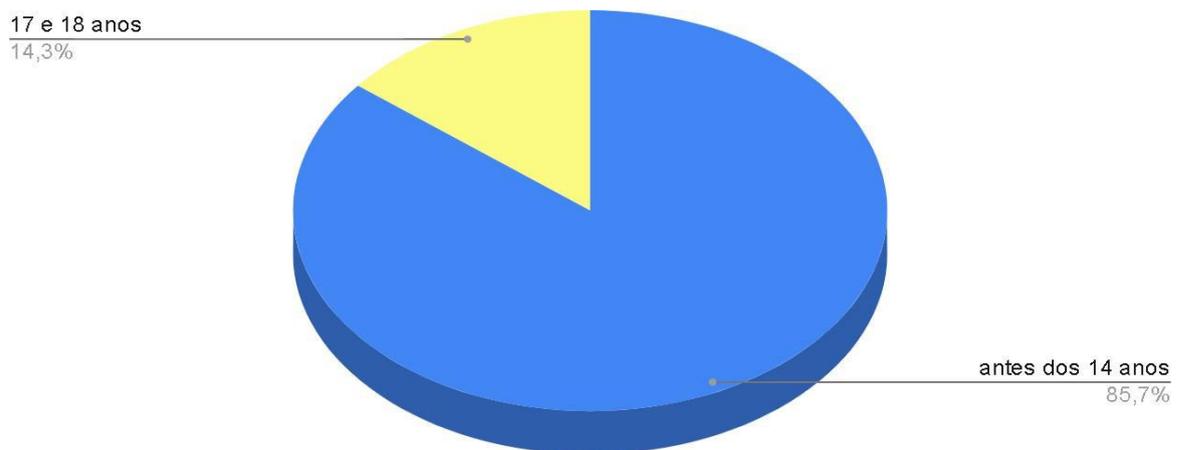
Fonte: Autora (2020)

Como a atividade da extração da amêndoa representa, em sua maioria, o complemento da renda familiar, a carga horária dedicada a essa prática também é variável, no entanto a maioria das mulheres (12) afirmaram se dedicar até 10 horas semanais ao extrativismo do babaçu e somente 02 mulheres se dedicam de 11 a 20 horas semanais. Geralmente a atividade é desenvolvida pela parte da manhã, onde a temperatura é mais amena e assim a produtividade é maior. A quebra também ocorre pela parte da tarde, mas com menor frequência e chega a se conseguir em torno de quatro quilos ou mais nesse horário.

O gráfico 05 mostra a estimativa de início da quebra do coco babaçu pelas mulheres. A maioria delas começaram antes dos 14 anos de idade, esse fato se deve à necessidade de ajudar a família com a atividade, para complementar a renda. Os homens geralmente contribuem nessa atividade na hora de transportar os cocos, para as residências em

decorrência de ser um serviço mais pesado. A partir do momento que se encontra no local de armazenamento, a responsabilidade de realizar as demais atividades de quebra, torrar e moer as sementes para a produção do azeite (principal produto produzido nas comunidades pesquisadas), são das mulheres.

Gráfico 05: Idade de início da atividade do extrativismo do Babaçu das mulheres do Município de Arame (MA).



Fonte: Autora (2020)

Observa-se que mesmo havendo variações entre os dados, as mulheres acabam entrando bem jovens na atividade do extrativismo. Justificado principalmente pela necessidade de ajudar na renda da família. Não foram encontrados registros nas demais faixas pesquisadas 14 e 16 anos e acima de 18 anos.

Quando questionadas sobre as principais finalidades que levam as famílias a praticar o extrativismo do babaçu, constatou-se que a produção do azeite, carvão, material para a fabricação do sabão e do leite de coco são as mais prevalentes. O uso do produto para fabricação de artesanatos não é atividade de destaque nas comunidades pesquisadas.

O florescimento das palmeiras de babaçu ocorre no período de janeiro a abril e todo o processo de coletar e transportar o babaçu para as residências se iniciam por volta do mês de agosto, período em que os cocos caem espontaneamente das palmeiras (CARRAZZA, ÁVILA e SILVA, 2012, pág. 14). O mês de agosto também é um período em que a várzea do rio está seca e a maior parte dos babaçuais se encontram na mata ciliar do Rio Grajaú, principal rio

que os moradores das comunidades têm acesso. O transporte do coco para as casas, locais de quebra do coco, ocorre por meio do uso de animais de carga como jumentos, com uma cangalha ⁴ e um par de jacá⁵.

Uma vez realizada a coleta e/ou a quebra do coco, o transporte (cocos ou amêndoas) pode ser feito em sacos, “pacarás” ou “cofos” (pequenos recipientes feitos de palha de babaçu com capacidade para aproximadamente 10 kg de amêndoas), que são levados na cabeça ou pendurados nos ombros, amarrados nos próprios machados. Se a quebra for realizada em casa e não no babaçual, o transporte do coco inteiro pode ser feito por animais de carga (CARRAZZA, ÁVILA e SILVA, 2012, pág. 20).”

Ao chegar no destino final, se inicia o processo de quebra dos cocos. Em algumas ocasiões eles precisam ficar um período de repouso, em um local arejado para que terminem de secar ao sol, evitando a perda das amêndoas, que podem não desgrudar da casca (endocarpo) ainda verde. Após a extração das amêndoas as cascas são utilizadas para fabricação do carvão vegetal (BRASIL, 2016, pág.44).

O carvão é feito nas caieiras⁶ afastado das residências, já que no processo de queima gera uma grande quantidade de fumaça. As quebradeiras observam com cuidado a localização, para que não fiquem distantes, pois é necessário levar a água para abafar o fogo.

Após o uso das caieiras para fazer o carvão é preciso jogar água em cima das brasas rapidamente e colocar folhas em cima e terra para cobri-las. É necessário que se tome cuidado e tenha atenção quando cobrir com terra para que não fique entradas de ar, assim as brasas não reacendem e o carvão poderá ser recolhido no dia seguinte. Ressalta-se que também é uma forma de preservar para que o fogo não se alastre pela mata e provoque incêndios.

A foto 04 a seguir mostra o processo da quebra do coco, onde as amêndoas são retiradas do endocarpo, com o auxílio de um machado que fica posicionado em local firme, com a lamina voltada para cima e em seguida são dadas algumas batidas no coco sobre o machado com o auxílio de um pedaço de madeira. É importante salientar que o local onde geralmente os cocos são armazenados são as residências das quebradeiras. Essa forma de armazenamento facilita as mulheres desenvolverem suas atividades domésticas.

⁴ Cangalha - artefato de madeira ou ferro, geralmente acolchoado, que se põe ao lombo das cavalgaduras para pendurar carga de ambos os lados.

⁵ Jacá - cesto trançado de taquara ou cipó usados no transporte de cargas, sobretudo preso ao lombo de animais.

⁶ Caieiras - fornos usados para fabricação de carvão

Foto 04: Processo de armazenamento e quebra do coco babaçu pelas quebradeiras



Fonte: Autora (2019)

A produção diária do coco é variada. As mulheres aproveitam praticamente tudo que forma o coco. Nas coletas dos frutos, as palmeiras não são cortadas, no entanto se elas as encontram já derrubadas usam suas folhas para coberturas de residências e construção das paredes de residências e os caules (troncos) para produção de adubo. O que mostra a preocupação ambiental tida por elas, com as palmeiras que auxiliam em seu sustento. Quando investigado quais os fatores que estão dificultando a quebra do babaçu. Observou-se que os mais prevalentes são o desmatamento e a desvalorização do produto. O êxodo rural também foi considerado em menor proporção.

Por ser considerada um importante elemento que contribui no subsídio familiar, a produção do babaçu hoje é mais voltada para a produção de carvão, azeite, sabão, leite de coco e em casos esporádicos de venda da amêndoa a terceiros.

Mesmo na família agroextrativista, uma importante parcela da produção de amêndoas era destinada ao mercado de azeite ou de amêndoas, visando à complementação da renda familiar[...] (AYRES JÚNIOR, 2007, pág.38)

O azeite é o principal produto responsável por boa parte da produção. Assim como

todas as atividades envolvidas no processo de aproveitamento do babaçu, essa também é realizada de forma manual e requer paciência e cuidado para que o resultado final não seja prejudicado. As amêndoas são torradas em panelas grandes e em fogões de barro com fogo mediano e sendo remexidas constantemente com um pedaço de madeira ou uma colher grande para que todas as amêndoas fiquem torradas uniformemente. Se o fogo estiver muito quente, as amêndoas podem queimar e interferir na qualidade do azeite.

Depois de torradas as amêndoas são moídas, no processo é acrescentado água com cautela para não prejudicar a qualidade do produto. Após o acréscimo da água a panela é levada ao fogo, no qual fica até a água secar, então será separado o que se chama de borra, que fica no fundo da panela. O azeite fica na parte de cima, onde é recolhido e colocado em outro recipiente.

Foto 05: Utensílios utilizados na produção do azeite de babaçu.



Fonte: Autora (2019)

Nas comunidades e no assentamento é marcantes a Religião Católica. Assim, nos eventos religiosos, como os festejos, em especial a Semana Santa, propiciam a venda do azeite antes dos ritos religiosos. Durante esse período as quebradeiras se organizam para fazer a

venda desse produto, pois o consumo para uso na culinária torna-se maior. Observou-se que como a produção de coco diminuiu significativamente no decorrer dos anos de acordo com a falas das entrevistadas, assim venda nas festividades religiosas praticamente não existe mais, assim a produção está sendo basicamente para o consumo das próprias famílias.

Além de presente na culinária, do azeite também se faz o sabão, com a junção da soda cáustica e água. Em alguns casos são inseridas essências na preparação deste produto para dar um aroma agradável. Após o término do processo o sabão ficar de repouso alguns dias para que a soda cáustica diminua seu efeito de corrosão e fique pronto para o uso.

Após o período de repouso, o sabão é utilizado para usos diversos como higiene pessoal e limpeza em geral. Geralmente a produção é feita em volume significativo para que não seja necessário realizar o processo em um curto período de tempo, se aproveite a safra e respeite o tempo de floração das palmeiras. O que mostra respeito das quebradeiras pelas palmeiras e uma certa consciência ambiental da preservação desses ambientes.

Foto 06: Sabão produzido do babaçu pelas quebradeiras no município de Arame (MA)



Fonte: Autora (2019)

Nas comunidades pesquisadas, não existe cooperativas que possa melhorar a organização das quebradeiras de coco. Quando questionadas de quais benefícios poderiam

surgir a partir desse tipo de representatividade, os de maiores reconhecimentos foram: o aumento da renda, diminuição do êxodo rural e a diminuição do desmatamento. Outros benefícios também foram citados como: a possibilidade da realização de cursos de capacitação, valorização da comunidade, preservação da prática do extrativismo do babaçu, fortalecimento da comunidade e a busca por políticas públicas.

A existência da associação aumentaria a renda das famílias e a participação da juventude seria maior, já que os produtos gerados da prática do extrativismo ganhariam mais qualidade e visibilidade. Hoje todo o processo de aproveitamento é feito de forma manual e mesmo quando a produção é para venda, o valor adquirido não equivale ao esforço despendido nos produtos.

Sobre a realização de cursos de capacitação, observa-se que ajudaria num melhor aproveitamento do babaçu em toda sua cadeia de produção além da valorização das comunidades, que possuem algumas práticas perdendo-se no decorrer das gerações como o próprio manuseio do coco, que não atrai os mais jovens por ser uma atividade considerada pesada e com pouco retorno financeiro. Com esse contexto a prática vem ficando de lado e cada vez mais, vem ocorrendo o esvaziamento das comunidades pela juventude em busca de formas rápidas de conseguir dinheiro e melhores condições de vida. Esse desafio é enfrentado por grande parte das famílias e dos movimentos do campo, dado o êxodo de jovens das áreas rurais, para os centros urbanos, garimpos ou para outros estados em busca de oportunidades de trabalho ou estudo (MATOS; SHIRAIISHI e RAMOS, 2015, pág. 21).

A valorização e o fortalecimento das comunidades também entram como pontos positivos, se houvesse outra forma de organização já que na imagem que se tem da zona rural é um lugar de atraso, e a falta de políticas públicas e acesso aos já existentes nas áreas de assentamento e nas comunidades são escassas. Isso faz com que haja o esvaziamento do campo e das comunidades em questão, já que a nova geração está tendo novas perspectivas em relação a diferentes formas trabalho e outras oportunidade de se sustentarem do que as primeiras famílias do assentamento.

Ainda se tratando do questionamento feito em relação a criação de uma cooperativa para as comunidades, outro fator que se fez pertinente foi a preservação da prática da quebra do babaçu, que vem se perdendo. Visto que os babaçuais estão sendo destruídos para ceder espaço a criação de gado e plantio de capim, que aumentaram significativamente nos últimos anos no assentamento, uma vez que a criação de gado trás rentabilidade maior e em menos tempo. Além disso.

Florestas secundárias de babaçu sofrem pressões vindas não apenas de pecuaristas que eliminam palmeiras em áreas de pastagens. Tais pressões ocorrem também no interior do próprio grupo camponês, uma vez que o plantio de roçados em um contexto de terras limitadas pode tornar-se prática conflitiva com a atividade extrativa. A densidade de palmeiras em uma área de roça deve ser significativamente menor do que em pastagens. Mesmo que as palmeiras não sejam cortadas, o manejo executado eliminando suas folhas externas e queimando a matéria seca ao seu redor faz com que estas palmeiras interrompam temporariamente sua produção, o que não constituía problema quando existiam terras suficientes para períodos mais longos de pousio. A concentração atual de terras reforça uma maior densidade demográfica e causa desconfortos no interior das comunidades, e mesmo nas próprias unidades familiares onde, como apresentado na narrativa seguinte, passam a se expressar contraposições entre as atividades agrícola, exercida pelo homem, e extrativa, essencialmente envolvendo mulheres (PORRO; PORRO, 2015, pág. 10/11).

Outro ponto que foi observado foi que a melhorias nas políticas públicas têm potencial de diminuir o êxodo rural, o qual foi e tidos como preocupações recorrentes, uma vez em que não há ampliação ou melhoria de políticas que estimulem a permanência desses jovens nas áreas de reforma agrária.

Quando são considerados os fatores que induziram ao início da quebra do coco, tem-se a recorrência do fato de que é uma forma ajudar a família, já que nas famílias tem a divisão do trabalho entre serviços considerados masculinos e femininos. Os homens são responsáveis pela parte de cuidar dos animais de grande porte e as mulheres responsáveis por cuidar dos afazeres domésticos e cuidados com a alimentação e com os animais de pequeno porte, sendo ainda elas quem vão coletar os cocos nos babaçuais e são responsáveis por todos os processos de torração, retirada do azeite e na fabricação do sabão em alguns casos.

Esse trabalho agroextrativista se caracterizou por ser uma atividade considerada tipicamente de gênero que se fortaleceu pelo argumento de ter sido a única fonte de renda gerada propriamente por mulheres no âmbito familiar. Para as mulheres quebradeiras a ausência de homens no trabalho de beneficiamento do coco babaçu, não é porque eles sejam prescindíveis ao evento laboral, ocorre que essa atividade caracterizou-se numa atividade especificamente feminina, pois apesar da mulher com isso, ter que assumir uma dupla jornada de trabalho, ou seja, cuidar da casa, dos filhos, lavar roupas e louças, fazer comida, cuidar da horta e dos animais domésticos (SILVA, 2016, pág. 52).

A falta de oportunidade em outras áreas devido ao fato de não terem conseguido terminar o ensino fundamental, dificultando assim conseguir espaço em outras atividades remuneradas, também foi um fator que fez essas mulheres se envolverem na atividade extrativista. Outro fato relevante da inserção na atividade é por ser uma tradição familiar, uma vez que a prática vai sendo ensinada e sendo repassada para as gerações pelas famílias. O tempo de realização da prática entre as mulheres que foram entrevistadas varia de 03 a 10 anos ou mais, pois ao se adaptarem e aprenderem como se faz o manuseio e a prática de

quebra do coco, aos poucos e essa atividade torna-se parte do cotidiano.

A primeira forma de aproveitamento que aprendem se não tiverem familiaridade com a quebra do coco, é através do uso das palhas para cobrir casas, construir banheiros e a produção do carvão com o coco inteiro, no decorrer do tempo vão aprendendo as outras formas de se beneficiarem. Mesmo com todas as dificuldades de preservação e de repassar esses conhecimentos adiante, a prática de beneficiamento com o babaçu ainda demonstra sua resistência no cotidiano das comunidades e famílias.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As implicações deste trabalho enfatizam a importância do babaçu, de modo determinante, para as várias famílias que se beneficiam dele e lutam por sua preservação, pois estes esforços mostram a pertença pela terra. As leis do babaçu livre, de preservação apesar de terem sido elaboradas para o benefício do povo extrativista, não possui grande eficácia por falta de fiscalização. É necessário serem efetivamente cumpridas e que sejam implantadas em todo o estado do Maranhão.

Ao se debruçar sobre a ação do Estado na preservação deste patrimônio cultural, econômico e ambiental, vê-se a fragilidade em mantê-lo e de dar assistência às famílias que trabalham na atividade de extrativismo, especialmente quando se trata das lutas das mulheres, de resistência e identidades que foram se construindo ao longo dos anos, fazendo-se necessário ações de enfrentamentos como discussões e processos coletivos nessa jornada.

Neste contexto, a quebra do coco babaçu praticada pelas mulheres não se constituiu apenas a uma atividade extrativista, mas está ligada a um movimento de lideranças que representam uma força social em defesa da cultura, da preservação ambiental e dos direitos das mulheres, mesmo que em alguns lugares elas não estejam organizadas em coletivos, mas se encontram e discutem no momento da quebra do coco.

Dar visibilidade à luta pela preservação dos babaçuais representa um movimento em defesa da conservação ambiental associado à sobrevivência e à valorização de um modo de vida com condições para sua reprodução histórica, social, política, econômica e cultural nas áreas rurais, que por muitas vezes são invisibilizadas por um sistema patriarcal historicamente criado e que encontra-se forte nas comunidades em questão.

Ao se verem como sujeitos que ajudam a manter boa parte do sustento das famílias a preocupação em manter os babaçuais se torna mais presente, garantindo renda a partir da cadeia produtiva do babaçu. Das diferentes utilidades deste vegetal na construção de casas, adubo orgânico, carvão vegetal e produção artesanal e alimentar, além do sabão caseiro que é multifuncional.

Mesmo com as dificuldades em passar essa prática adiante o extrativismo do babaçu se mostra de grande valia, tanto na contribuição na renda familiar como um agente de ajuda na preservação das matas ciliares do rio que corta as comunidade, e apesar das quebradeiras

de coco das áreas em questão não estarem organizadas em cooperativas, sabem como é importante que haja políticas públicas voltadas para a produção e valorização sociocultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. NETO Joaquim Shiraishi. MARTINS Cynthia Carvalho. **Guerra ecológica nos babaçuais: O processo de devastação, a elevação do preço de *commodities* e aquecimento do mercado de terras na Amazônia.** São Luís- MA. Lithograf. 2005.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quebradeiras de Coco Babaçu: Identidade e Mobilização.** São Luís: III Encontro Estadual das Quebradeiras de Coco babaçu. 1995.

ARAÚJO JUNIOR, Miguel Etinger de; DMITRUK, Erika Juliana; MOURA, João Carlos da Cunha. **A Lei do Babaçu Livre: uma estratégia para a regulamentação e a proteção da atividade das quebradeiras de coco no Estado do Maranhão.** Florianópolis: Sequência, 2014.

Arte babaçu. Disponível em <https://web.facebook.com/ARTE-baba%C3%A7u-402200410584978/photos/566447554160262>, acesso em novembro de 2019

AYRES JÚNIOR, José Costa. **A organização das quebradeiras de coco babaçu e a refuncionalização de um espaço regional na microrregião do Médio Mearim Maranhense.** Florianópolis-SC, 2007.

BRASIL, Decreto n° 6.040 de 07 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm. Acesso em 08/03/2020.

BRASIL. (08 de 03 de 2020). DECRETO N° 9.424, DE 26 DE JUNHO DE 2018. Fonte: Planalto: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Decreto/D9424.htm

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável. Departamento de Extrativismo. **Babaçu: boas práticas para o extrativismo sustentável orgânico / Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável.** Departamento de Extrativismo. – Brasília, DF: MMA, 2016.

CARRAZZA, Luis Roberto; SILVA, Mariane Lima da; ÁVILA, João Carlos Cruz. **Manual Tecnológico de Aproveitamento Integral do Fruto do Babaçu (*Attalea spp.*).** Brasília – DF. Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN). Brasil, 2012.

CGMA. **Regiões de desenvolvimento do estado do maranhão-Seplan.** Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_140_M%C3%83%C2%a9dio%20Mearim%20-%20MA.pdf . Acesso em: 27 de 04 de 2020.

CORREIA FILHO, Francisco Lages; GOMES, Érico Rodrigues; NUNES, Ossian Otávio; LOPES FILHO, José Barbosa. **Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea, estado do Maranhão:** relatório diagnóstico do município de Arame / Francisco Lages Correia Filho - Teresina: CPRM - Serviço Geológico do Brasil, 2011.

COSTA, R. C., MONTES, M. L., SILVA, G. B., FONSECA, E. G., ORLANDI, R. P., LIMA, E. A., & FONSECA, A. L. (1997). **Zoneamento geoambiental do Estado do Maranhão: Diretrizes Gerais para a Ordenação Territorial**. Salvador-BA: IBGE.

CUNHA, J. M., & Baeninger, R. (2005). **Cenários da migração no Brasil nos anos 90**. Salvador: Universidade Federal da Bahia.

CUNHA, J. M. (2007). **A migração no Brasil no começo do século 21: continuidades e novidades trazidas pela PNAD 2004**. Brasília: CEPAL; CELADE; BID.

ENCANTADEIRAS. **Canto e encanto nos babaçuais**. Pará, 2014.

Disponível em <http://docplayer.com.br/26875556-Canto-e-encanto-nos-babacuais.html>. Acesso em 25/04/2020

Evidência, Araxá, v. 7, n. 7, p. 251-266, 2011. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/maio2013/sociologia_artigos/pe_squia_social.pdf acesso em 19/06/2019

FALCO, Tania Carla Bendazoli de. (2011). **Autonomia e participação no comércio justo: A experiência da cooperativa dos pequenos produtores agroextrativistas da Lago do Junco-COPPALJ**. São Paulo: PUC.

FERREIRA, M. M. (22 a 26 de julho de 2013). **Do Alto Mearim ao Médio Mearim (MA): de espaço de conquista a lócus de fixação de migrantes nordestinos**. Natal-RN.

FERREIRA, A. J. A. **O Babaçu enquanto alternativa energética no Maranhão: possibilidades**. Ciências Humanas em Revista - São Luís, V. 3, n.2, dez. 2005.

FIGUEIREDO, Luciene Dias. **Empates nos babaçuais: do espaço doméstico ao espaço público - lutas de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão**. Belém- PA: UFPA – Centro Agropecuário: Embrapa Amazônia Oriental, 2005.

GOUVEIA, Vera Maria. **O mercado de amêndoas de babaçu no estado do Maranhão**. Brasília, 2015.

IMESC, Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. (2015). **Plano de Ação Mais IDH: Diagnóstico Preliminar**. São Luís-MA: Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento.

IMESC, Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. (2016). **Plano Mais IDH: Diagnóstico Avançado: Arame**. São Luís-MA: IMESC.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. (2017). **Assentamentos - Informações Gerais**. São Luís-MA: Superintendência Regional Maranhão - SR 12.

LIMA NETO, Evaristo José de. **O associativismo em áreas de babaçuais: a experiência das organizações de trabalhadores rurais do Município de Lago do Junco-MA associadas à ASSEMA** / Evaristo José de Lima Neto – 2007. 142 f. LORENZI, H. Flora brasileira Lorenzi: Arecaceae (palmeiras). 1 ed. São Paulo: Nova Odessa, 2010, 367p.

MACHADO. Diego Renier da Luz Cantanhede Cardoso. **A lei de proteção do babaçu: a proteção das quebradeiras de coco**, 2015.

MAPA. **Babaçu: *Attalea spp.*** MART. / Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. – Brasília: MAPA/ACS, 2012. 24p

MARANHÃO. Lei Nº 9.427, de 02 de agosto de 2011. **Institui o Dia Estadual de Combate à Homofobia no Estado do Maranhão.** Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/29301311/pg-1-executivo-diario-oficial-do-estado-do-maranhao-doema-de-02-08-2011>. Acesso em 08/03/2020.

MARANHÃO. LEI ESTADUAL Nº 7.824 DE 22 DE JANEIRO DE 2003. **Altera a Lei nº 4.734/86, que cuida da proibição da derrubada de palmeiras de babaçu no Estado do Maranhão, e dá outras providências, Maranhão, janeiro de 2003.** Disponível em https://www.mpma.mp.br/arquivos/COCOM/arquivos/centros_de_apoio/cao_meio_ambiente/legislacao/legislacao_estadual/Noticia1228A974.pdf. Acesso em 17/02/2020.

MARANHÃO. LEI ESTADUAL Nº 4.734, DE 18 DE JUNHO DE 1986. **Proíbe a derrubada de palmeira de babaçu e dá outras providências,** Maranhão, MA, junho de 1986. Disponível em <https://www.mpma.mp.br/index.php/meio-ambiente/legislacao-cauma/26-centros-de-apoio/cauma/paginas-estaticas/218-cauma-legislacao-estadual>. Acesso em 17/02/2020.

MATOS. Francinaldo; SHIRAIISHI. Joaquim; RAMOS. Vitória. **Acesso à terra, território e recursos naturais: a luta das quebradeiras de coco babaçu**, 2015, ActionAid

MATOS. Edsonete Moura Gomes de. **Uma análise sobre o programa nacional de educação em áreas de reforma agrária (proneira) no contexto de alfabetização de mulheres extrativistas.** Pedreiras-MA / 2013.

MIQCB. **Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu.** Disponível em <https://www.miqcb.org/quem-somos>. Acesso em 07/03/2020.

PARENTE, Expedito José Sá. **Biodiesel: uma aventura tecnológica num país engraçado.** Fortaleza: Tecbio, 2003.

PESCE, Celestino. **Oleaginosas da Amazônia.** 2 ed., rev. e atual./ Celestino Pesce; – Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009

PIAUI. Lei Nº 3.888 de 26 de setembro de 1983. **Proíbe a derrubada de palmáceas e outras árvores.** Disponível em <https://www.leisdopiaui.com/single-post/2017/02/26/lei-38>. Acesso em 08/03/2020.

PORRO, Roberto; PORRO, Noemi Sakiara Miyasaka. (2015). **Identidade social, conhecimento local e manejo adaptativo de comunidades tradicionais em babaçuais no Maranhão**. São Paulo.

RODRIGUES, Vanderson Viana; TERRA, Ademir. **Conflitos socioespaciais entre os agricultores tradicionais e sojicultores no município de Balsas Maranhão**. *Brazilian Journal of Development*, jul./set. 2018, p. 1196-1216.

SANTOS, Frednan Bezerra dos. TAVARES, João Claudino. **Questão agrária e violência no Maranhão: grilagem, colonização dirigida e a luta dos trabalhadores**. *políticas Públicas*. 2016, p. 361-382.

SEPE, & IMESC. (2018). **Diagnóstico situacional regionalizado do estado do Maranhão: Região Serras**. São Luís-MA: SEPE-IMESC.

SHIRAIISHI NETO, Joaquim. **Leis do Babaçu Livre, práticas jurídicas das quebradeiras de coco babaçu e normas correlatas**. Coleção “Tradição & Ordenamento jurídico”. Manaus: PPGSCA-UFAM / Fundação Ford 2006.

SILVA, Linalva Cunha Cardoso. **Quebradeiras de coco babaçu, organização e mobilização política no Lago do Junco e Lago dos Rodrigues, região do Médio Mearim (MA): a experiência na fábrica de sabonete** / Linalva Cunha Cardoso Silva. – São Luís, 2018.

SILVA, Elisa Marie Silva; NAPOLITANO, Juliana Elisa; BASTOS, Silvana; **Pequenos Projetos Ecosociais de quebradeiras de coco babaçu: reflexões e aprendizados**. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN, 2016

SILVA, José Jonas Borges da. (2016). **Migrantes da terra: a migração em áreas de reforma agrária no Maranhão**. *Políticas Públicas*, 253-259.

SILVA, José Jonas Borges da. (2011). **A Migração na Reforma Agrária no Maranhão: O caso do Assentamento CIGRA – Lagoa Grande do Maranhão**. Presidente Prudente: UNESP/INCRA/Pronera.

SOARES, V. (2014). **Migração em tempos de mecanização: o processo de inserção de migrantes maranhenses no trabalho canavieiro no município de Pradópolis/SP**. São Luís: UFMA.

TOCANTINS. Lei nº 1.959, de 14 de agosto de 2008. **Dispõe sobre a proibição da queima, derrubada e do uso predatório das palmeiras do coco de babaçu e adota outras providências**. Disponível em <https://central3.to.gov.br/arquivo/345116/>. Acesso em 08/03/2020.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Trabalho de Conclusão de Curso**. CORNÉLIO PROCÓPIO: [s.n.], 2017. 30 p. Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/cornelioprocopio/biblioteca-e-producao-academica/acesso-usuario/arquivos/modelo-tcc-2017>> . Acesso em: 06 junho 2019.

APÊNDICE A – Questionário de Pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO- LEdoC CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA

QUESTIONÁRIO PARA ANÁLISE SOCIOECONÔMICA, AMBIENTAL E CULTURAL DO EXTRATIVISMO DO BABAÇU *

Comunidade _____

1) Qual sua idade?

() 12 a 18 anos () 19 a 24 anos () 25 a 40 anos () 41 anos ou mais

2) Qual seu nível de escolaridade?

- () não alfabetizado
 () alfabetizado
 () ensino fundamental incompleto
 () ensino fundamental completo
 () ensino médio incompleto
 () ensino médio completo
 () ensino superior incompleto
 () ensino superior completo

3) Quantas pessoas moram com você? (incluindo filhos, irmãos, parentes e amigos)

- () Moro sozinho
 () Uma a três pessoas
 () Quatro a sete
 () Oito a dez
 () Mais de dez

4) A casa onde você mora é?

- () Própria
 () Alugada
 () Cedida

5) Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é,

aproximadamente, a renda familiar mensal? (valor do salário mínimo considerado R\$ 998,00)

- Até 1 salário mínimo (valor até R\$ 998,00)
- 1 a 3 salários mínimos (R\$ 998,00 a R\$ 2.994)
- 3 a 6 salários mínimos (R\$ 2.994 a R\$ 5.988)

6) Como o coco babaçu contribui na sua renda familiar ?

- atividade de complementação da renda familiar
- principal atividade de renda familiar
- única atividade da renda familiar

7) Quantas horas semanais você trabalha na atividade da extração do coco babaçu?

- Sem jornada fixa, até 10 horas semanais.
- De 11 a 20 horas semanais.
- De 21 a 30 horas semanais.
- De 31 a 40 horas semanais.
- Mais de 40 horas semanais

8) Com que idade você começou a trabalhar na quebra do coco babaçu?

- Antes dos 14 anos.
- Entre 14 e 16 anos.
- Entre 17 e 18 anos.
- Após 18 anos.

9) Qual (quais) a(s) finalidade(s) da prática da atividade de extrativismo do coco babaçu?
(poderá ser marcado mais de uma alternativa)

- subsidio familiar
- produção de artesanat
- produção de carvão
- produção de azeite
- produção de sabão
- produção do leite de coco
- venda da amêndoa a terceiros

10) Existe alguma cooperativa que gerencia a atividade de extração do coco babaçu na sua comunidade? (Se a resposta for não pule para a pergunta n° 12.

- sim
- não

11) Você está associado a ela ?

- sim
- não

12) Quais os benefícios a existência de cooperativa pode(ria) trazer para as comunidades?
(pode marcar mais de uma alternativa)

- aumento da renda

- realização de cursos de capacitação
- valorização da comunidade
- preservação da prática da quebra do coco babaçu
- fortalecimento cultural das comunidades
- diminuição do êxodo rural
- melhora nas políticas públicas nas comunidades
- diminuição do desmatamento

13) Quais dos fatores a seguir afetam a diminuição da quebra do coco babaçu na sua comunidade?

- desmatamento/criação de animais
- êxodo rural
- desinteresse dos jovens pela prática
- desvalorização do produto a ser comercializado(amêndoa do coco babaçu)

14) O que levou você a praticar a quebra do coco babaçu?

- necessidade de trabalhar para ajudar a família
- falta de oportunidade de trabalho em outra atividade
- tradição da atividade na família
- interesse pessoal pela atividade

15) A quanto tempo você realiza a prática de quebra do coco babaçu?

- 1 a 2 anos
- 3 a 5 anos
- 6 a 9 anos
- 10 anos ou mais

16) Quais são as práticas que dificultam a conservação da biodiversidade e dos babaçuais?

- Desmatamento
- Queimadas
- Uso de agrotóxicos
- Contaminação dos babaçuais
- Aumento dos pastos